



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

Ata da 2^a reunião do Comitê Técnico de Acompanhamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, realizada no dia 15 de maio de 2019, na Cidade do Recife – PE.

Aos 15 dias do mês de maio de 2019, às 15h, esteve reunida na sala de reuniões Juscelino Kubitscheck, nesta Capital, o Presidente Senhor **Mário de Paula Guimarães Gordilho, Superintendente da SUDENE**, o Senhor **Sérgio Wanderley Silva**, Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos; e dos Senhores **Manoel Francisco do Carmelo Santos Barreiros**, Coordenador-Geral de Gestão Institucional; **Rafael Feitosa**; Chefe de Gabinete substituto; **Martinho Leite de Almeida**, Ouvidor; **Ademir Pedro Vilaça Júnior**, Coordenador-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação, interino; **Antônio Roberto Leite Cavalcante**, Coordenador-Geral substituto de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento, **Cláudia Maria da Silva**, Assistente da Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e de Financiamento; **Artur Modesto Sedycias**, técnico da Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento; **Alex Araújo**, Superintendente de Microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil; **Marcos Falcão Gonçalves**, Gerente executivo de Avaliação de Políticas e Programas do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, vinculado ao Banco do Nordeste; **Valdir Machado Neto**, técnico do Banco do Nordeste do Brasil; **Kleber Bandeira**, técnico da Subsecretaria de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos Fiscais, vinculada à Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), (participou por meio de videoconferência); **Ana Borges**, técnica da Subsecretaria de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos Fiscais, vinculada à Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), (participou por meio de videoconferência); **Ailton Ethel Kapuan**, substituto do Subsecretário de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos Fiscais, vinculada à Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), (participou por meio de videoconferência), e sendo chamado para assessorar os trabalhos, o Senhor **Manoel Francisco do Carmelo Santos Barreiros**. Iniciando os trabalhos o Senhor **Superintendente da SUDENE, Mário Gordilho**, cumprimentou a todos, e abriu a reunião informando que estava sendo gravada e solicitou que os participantes se apresentassem para registro das presenças. Em seguida deu início com o **item 1** da pauta, referente a uma apresentação da Superintendência da SUDENE, de uma



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

proposta para criação no âmbito do FNE de programa de Financiamento de microcrédito produtivo orientado. A outra é a análise da expansão de crédito, que será feita pelo Senhor Ademir Vilaça (Sudene), depois fala o Banco do Nordeste com uma série de assuntos, destacando-se o alinhamento do layout das informações fornecidas pelo Banco do Nordeste à Sudene. Informou o Superintendente Mário Gordilho “nós estamos tentando montar uma estrutura de informação que seja mais prática e constante, e todos os segmentos econômicos trabalhados pelo Banco venham com essa linha de informação”. E continuou, “vamos tratar ainda, o funcionamento do banco sobre dados identificados, estratégia da conversa do BNB com o TCU sobre políticas públicas, e a apresentação do relatório de resultados e impactos do FNE 2018, que irá para a reunião do CONDEL na próxima semana, que nós aprovamos na reunião de Diretoria já ontem. Vamos tratar ainda, dos efeitos do Parágrafo 2º do Art. 9º da Lei 7.827/89 com a nova redação dada pela Lei nº 13.682/18 sobre as operações de crédito FNE. E também, a alteração da programação financeira do FNE para o exercício de 2019 com o intuito de adequá-la ao saldo remanescente de 2018, com a redistribuição do acréscimo no segmento de infraestrutura, e aí vem também os cortes mini, macro, porte médio, porte grande, passando o total de R\$ 23,7 bilhões para R\$ 25,8 bilhões. O item seguinte seria o espaço para a Subsecretaria de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos do Ministério do Desenvolvimento Regional, se presente, tecer comentários sobre os assuntos tratados ou os outros porventura existentes. O Ministério da Economia, também se presente, para fazer comentários, e uma agenda de compromisso para o próximo evento na qual nós discutiremos no decorrer da reunião e ao final fecharemos a agenda da próxima reunião. Então, dentro da linha de discussão nós passamos a palavra para Rafael Feitosa falar sobre a proposta de criação no âmbito do FNE, do Programa Nacional de Financiamento de Microcrédito Produtivo Orientado, conforme disposto na Lei 13.636 de 2018”. O **Sr. Rafael Feitosa** (Chefe de Gabinete substituto da Sudene) cumprimentou a todos e comentou “nós não recebemos até hoje as informações do primeiro trimestre de 2019, da aplicação de recursos do FNE. Foi enviado um ofício daqui do Superintendente em primeiro de abril, solicitando essas informações, acatando uma ponderação que o banco havia feito para que elas fossem enviadas até o 25º dia do mês subsequente ao encerramento do trimestre, nós estamos no dia 15 do mês subsequente? Essas informações eram para ter chegado até 25 de abril e até hoje elas não chegaram. Eu não sei se o Ministério do Desenvolvimento Regional recebeu essas informações, elas já são fruto desse alinhamento desse



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

novo layout que foi objeto de reunião presencial no Banco do Nordeste no dia 29 de março 2019, e nós não recebemos, e por isso compromete um pouco o debate aqui no sentido de que nós não conseguimos ter uma acompanhamento mais criterioso da aplicação desses recursos”. O **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** sugeriu ver com os representantes do Banco o que aconteceu para não cumprirem o prazo previsto, inclusive sugerido pelo próprio Banco. O **Sr. Valdir Machado Neto (BNB)** informou “Eu já entrei em contato daqui, com a equipe que está responsável por esse encaminhamento”. Fez um breve histórico dos itens 2.1 e 2.2 da pauta. E continuou “nós trouxemos hoje um ofício que é em resposta àquele ofício 1078 que tinha sido encaminhado pela SUDENE, já atendendo também ao que estava pendente”. Sobre o atraso dos dados, informou que não sabia explicar a razão disso ou o porquê, mas adiantou que pode retomar mais adiante o histórico do assunto. O **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** pontuou “quando você tiver a informação, identifica qual foi o problema, e resolve”. Esclarecendo a razão das suas colocações hoje como Chefe de Gabinete da Sudene, o **Sr. Rafael Feitosa** quis registrar com relação ao item 1, “o meu nome está nesta ata porque nessa época eu estava respondendo pela Coordenação-Geral de Gestão de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento, agora eu estou na Chefia de Gabinete com o Doutor Mário, e eu queria propor abrir a fala para a Coordenadora Substituta da área, que é a Sra. Cláudia Maria da Silva, a não ser que o Coordenador-Geral em exercício, que é o Senhor Antônio Roberto, queira fazer alguma consideração, mas a Cláudia está acompanhando mais de perto esse tema PNMPO. A **Sra. Cláudia Maria da Silva (CGDF/DFIN/SUDENE)** recordou que a regulamentação do PNMPO foi colocada como extra pauta na 1ª Reunião do Comitê Técnico do FNE, obrigação esta derivada de modificações ocorridas na Lei nº 13.636/2018 e corroborada pelo TCU após visita, onde foram realizados questionamentos sobre a ausência de procedimentos para regulamentação por parte da Sudene e MDR. A Sudene encaminhou ao Banco do Nordeste o Ofício nº 12.211/2019 informando sobre o tema e posteriormente foram realizadas reuniões presenciais em Brasília junto a equipe do MDR, bancos administradores e demais Superintendências, onde o representante da Sudene foi o economista Breno Arruda, Coordenador de Normatização de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento (CONF/CGDF). Informou que nessa reunião ficou o compromisso de que o BNB apresentaria proposta de programação para o microcrédito, atendendo aos requisitos do PNMPO, para avaliação da Sudene e posterior apreciação pelo CONDEL e atenderia à regulamentação da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

Lei nº 13.636/2018. A CONF elaborou nota técnica tratando do tema, que foi distribuída entre todos os envolvidos no trabalho e para servir de base para a proposta do Banco, que estamos no momento aguardando, para posterior envio ao CONDEL. Sobre o assunto falou o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)**. “A Lei 13.636 que no ano passado atualizou o marco regulatório do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado trouxe uma nova ação, porque a lei anterior, a nº 11.110/2005, já previa o uso do Fundo Constitucional para operações de Microcrédito, mas restritas às operações de Microcrédito Rural. Hoje nós fazemos uma parte do PRONAF utilizando recursos do FNE. No ano passado, aproximadamente R\$ 2,5 bilhões foram aplicados nesse sentido. Com essa expansão, a gente iniciou uma discussão, inclusive envolvendo os outros bancos, o Banco da Amazônia S/A (BASA) que também é afetado pela mudança, que opera o Fundo Constitucional do Norte e o Banco do Brasil, sobre qual era a forma de operacionalizar isso no Microcrédito urbano, tendo em vista que a origem da legislação do Microcrédito urbano era de criar uma solução de mercado para a inclusão financeira dos pobres. Então ficava uma coisa meio estranha você utilizar um fundo público para uma coisa que deveria ser uma solução de mercado, tanto que a regulação quando foi instituída, criou duas grandes vantagens para estimular os bancos privados a entrarem. A primeira, ela carimbou o recurso do depósito à vista, 2% do depósito à vista usado exclusivamente para o Microcrédito, a ideia era baixar o custo de FUNDING, e a segunda, permitir que as operações acontecessem fora do banco, através de OSCIP, de empresa de operação bancária, etc., utilizando o agente de crédito como ponta de lança dessa operação. A própria inclusão do FNE como FUNDING para Microcrédito rural repôs uma ação nossa aí por volta dos anos de 2003 e 2004, tendo em vista a dificuldade que a gente tinha de operacionalizar o PRONAF no Nordeste. E a metodologia da orientação do agente de crédito parecia de grande ajuda, e isso mostrou muito sentido. Hoje, com essa discussão sobre o uso de FUNDING para as operações de Microcrédito Urbano, uma das coisas que a gente vinha discutindo no banco, até porque do outro lado, a gente tem uma dificuldade muito grande de atender as pequenas empresas formalizadas com o FNE, levou a que a proposta que a gente fez, se desenhou em uma forma de estímulo à formalização desses clientes, restringindo as operações com o FUNDING do fundo para clientes que tivessem CNPJ. Eu distribuí um relatório para os senhores, que fala dos números do microcrédito. No Microcrédito urbano a gente financia CPF, a gente financia empreendedores. A ideia era de criar um estímulo para a formalização já que grande parte



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

desses Microcréditos era de empreendedores informais, dando acesso a eles a uma linha, em condições mais favoráveis para fazer o investimento. A gente incluiu aí também, os aspectos relacionados a investimentos em inovação, um percentual desses empreendedores que a gente financia, estão envolvidos no setor de serviços e indústria, então tem espaço para inovação. E também a formação profissional. Então, de forma bem sintética, a nossa proposta consiste em criar um estímulo para a formalização via uma linha de acesso ao FNE pelo Microcrédito para aqueles que tenham essa condição formal apresentada. Discutimos isso rapidamente com o Banco da Amazônia, eles acham que também seria uma forma interessante, até porque a gente recebe muitas críticas das classes empresariais, de que o Microcrédito estimula a informalidade. Então, se a gente coloca fundo público em uma operação que muitas vezes você não tem como dizer que ela está dentro da legalidade, ou seja, tributária etc., a gente deixaria uma brecha aí de fragilidade. Em síntese, a proposta do banco é criar uma linha específica, e isso até solucionaria o problema que nós temos no atendimento do MEI, que também se enquadra perfeitamente dentro da regra do Microcrédito, combinaria as duas legislações, a do PNMPO e a do FNE, para que a gente pudesse então permitir o acesso dessas empresas informais ao FNE via Microcrédito O **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** perguntou “Dos bancos privados, dois por cento dos depósitos, à vista? Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “À vista. O compulsório está fora disso, ele criou uma aplicação obrigatória desse depósito. O que não é aplicado fica retido no Banco Central, ou eles podem repassar. Hoje o Banco do Nordeste é o maior tomador desses recursos na forma de depósito interfinanceiro para Microcrédito. É muito barato porque não tem alternativa, a gente paga 1,5% a 2% ao ano por esses recursos. A ideia era ter um FUNDING mais barato para esse público”. Indagou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “E vocês repassam a quanto?” Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** que a taxa ativa média hoje é de 36% ao ano. E complementou “a grande questão aí é o custo operacional, a inadimplência é muito baixa. A nossa inadimplência no ano passado foi de 1,3%, mas o custo operacional é muito elevado, nós temos 7.500 pessoas envolvidas no negócio do Microcrédito”. Indagou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** ao Senhor Alex Araújo se os agentes ganham remuneração direta ou indireta. Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** que “a remuneração em parte fixa, parte variável, tem o piso que é muito mais baixo que o piso





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

bancário, um agente de crédito custa em média para o banco, já colocando os encargos, sete mil reais. É bem mais baixo”. Perguntou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “o salário é R\$ 3.500,00? O **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** respondeu “Sim, 7.500 pessoas entre elas, tem 3.500 agentes, e quatro mil pessoas entre gestores e apoio. Hoje é um enorme exército. E esse custo, é 57% do custo de transação. O custo do dinheiro é baixo, o custo da inadimplência é baixo, mas o custo operacional é muito elevado. Hoje somente nós e o Santander, temos operações dentro de bancos. A Caixa Econômica não conseguiu colocar para frente, o Banco do Brasil não conseguiu tocar para frente, o próprio BASA esteve com a gente ano passado fazendo uma visita para ver como poderia implementar, mas também é muito pequeno. O nosso e o do Santander somos os únicos com esse tipo de operação.” Perguntou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Mas as pessoas qualificadas para fazer isso têm alguma experiência bancária? São aposentados?” Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)**, “Não. Normalmente são jovens da comunidade. É muito importante que ele esteja envolvido na comunidade, que ele conheça os potenciais clientes, uma boa parte tem nível universitário, inclusive têm muitos alunos. São jovens. É interessante que no Programa Urbano predomina homens como assessores, e no Rural, mulheres. E entre a clientela, 67% são mulheres. Dois terços são mulheres. O modelo de atendimento ao Microcrédito depende muito de você equacionar a falta de informações, a falta de garantias desse tomador, e a falta de renda. O mecanismo que a gente usa para fazer isso, primeiro, é o papel do agente que vai lá com ele, juntamente com ele para fazer o livro caixa, levanta a capacidade de pagamento, entende a necessidade de financiamento dele, o capital de giro, investimento, então, a agente tem um papel, mas tem o papel fundamental no grupo, porque eles estão no grupo, são solidários. Então nós aqui nos reunimos, fazemos um grupo, nós apoiamos, admitimos dar o aval cruzado, porque se um não pagar o restante do grupo paga”. Perguntou o **Sr. Sérgio Wanderley (Diretor de Gestão de Fundos da SUDENE)** “quando o Banco contrata um agente, ele passa por treinamento?”. Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “Sim! É caro. São seis meses que ele tem que treinar, tanto que hoje a concorrência atua em cima da gente, não do cliente, mas tomando o agente. Esse é um campo delicado. Tanto que a gente tem discutido muito com o Ministério da Cidadania, e com o Ministério da Economia que apoiam o PNMPO, de criar programas que facilitem a formação do agente, porque realmente é um perfil



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

que é muito específico e é muito importante para o sucesso do programa. Por que a forma como ele atende a clientela, como ele conhece, o que ele consegue dar de orientação é fundamental para o sucesso.”. Indagou o **Sr. Rafael Feitosa (Chefe de Gabinete substituto da Sudene)** se todos os custos são bancados com a operação, e ela é superavitária no Microcrédito, no Crediamigo. Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** positivamente. E acrescentou “a gente já passou do ponto de escala dele. Ele hoje contribui de forma importante para o banco. O Agroamigo não, o Agroamigo é PRONAF, o risco é do fundo, e ele é remunerado, então praticamente ele repassa o custo que a gente tem. A gente tem um cuidado muito grande, vocês vão ver aí os indicadores de produtividade, no Programa Urbano um agente atende em média 670 clientes, no Rural o indicador é maior, exatamente por conta desse impositivo de custo que a gente tem que garantir para manter o equilíbrio do programa. Esse ano a gente está tendo dificuldade com o Rural por conta do CAR, impactou muito o PRONAF, a gente vem executando cerca de 60% da meta. Hoje a gente tem um estoque que provavelmente em agosto a gente vai para a curva normal, mas está sendo muito desafiador tratar do assunto do Cadastro Ambiental. Fortaleza e Piauí são os estados que mais concentram o urbano. No rural é diferente, no rural a cobertura é maior nos estados menores.” Perguntou o **Sr. Rafael Feitosa (Sudene)** “É um ticket médio de quanto?”. Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “No urbano R\$ 2.070,00 reais a média que a gente encerrou no ano passado. É um valor baixo. É outro desafio, porque o custo é muito elevado. A gente está brigando para ver se consegue, mas depende muito da capacidade de pagamento do tomador. Esse é um público que sente muito o reflexo da sazonalidade, então quando piora ele sente depois, e quando melhora ele reage antes. Então hoje a gente está vendo um crescimento, no ano passado cresceu 12%, esse ano a gente está crescendo 11%, e a gente está conseguindo aumentar o número de clientes e aumentar os valores financiados. Então esse ano a gente está com uma perspectiva muito boa”. Perguntou o **Sr. Rafael Feitosa (Sudene)** “É porque quanto maior o ticket médio, o esforço operacional de vocês é menor? E a margem para vocês, vem daí, do operacional?”. Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “Exatamente. Uma das coisas que a gente tem discutido com o ETENE, é a avaliação, entender melhor esse público, porque como o corte dele, dado pelo PNMPO é o faturamento de R\$ 200 mil/ano, aí dentro você tem diversas populações, você tem desde aquele cara que é vendedor de sanduíche com o carrinho de sanduíche, fatura ali



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

R\$ 30 mil por ano, ou você tem um cara que é formado, tem uma padaria, uma pequena tecelagem. Então a ideia também é a gente entender melhor esse público e direcionar melhor esforços específicos para cada um deles, para não correr o risco de você, porque uma das coisas que a gente vê muito normal na banca tradicional, no atendimento à MPE, a opção por aquele de maior faturamento, aquele que por opção de esforço consegue cumprir melhor as metas, e como é um programa de inclusão financeira não pode ter esse defeito de nascença, então é muito importante que a gente atue muito na base. Então a gente faz empréstimos a partir de R\$ 300 reais, isso é muito importante”. Perguntou o **Sr. Rafael Feitosa (Sudene)** “A gente deu uma olhada rápida nos números e vi que tinha uma relativa concentração do Crediamigo no Ceará, digamos assim, mais de um terço dos recursos, e isso deve estar ligado a essa questão do custo operacional para vocês, eu acho que vocês devem ter uma rede mais treinada no Ceará e tal, ou não?”. Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “Não! A gente divide os estados de acordo com o tamanho dos mercados, por exemplo, o da Bahia é dividido em dois. A nossa unidade mais interessante, hoje do ponto de vista de retorno, é o interior da Bahia. Ela tem a maior produtividade, onde tem os tickets médio maiores, tem a inadimplência mais baixa. O Estado do Ceará eu tenho três regionais porque cresceu muito, tem muito a ver com a história, o programa nasceu entre o Ceará e o Piauí, então são os dois estados que ganharam maior complexidade. E uma das coisas que a gente observa, inclusive nós fomos instados a responder também o TCU, é de que a nossa metodologia é de reunir o grupo, fazer um trabalho de catequização, tem todo um trabalho de orientação antes do crédito, ele filtra muito, é muito mais adequado para aquele cliente que está na base, que não tem outra alternativa, ele não tem cartão de crédito, ele não tem, muitas vezes o fornecedor dele não financia, não vende a prazo, então a gente termina meio que filtrando o que a gente chama de empreendedor de subsistência, que é mais comum nessas economias que não tem tanta complexidade. Então, Fortaleza que passou por uma reestruturação produtiva brutal, você encontra muito isso. A gente financia muito camelô. Recife, que tem um perfil mais industrial, Salvador, estados que tem um perfil mais industrial, há mais dificuldade de entrar, lá eles têm mais acesso a cartão de crédito, tem outros sistemas que termina ajudando a financiar e o empreendedor médio, ele termina não entrando. Então uma das coisas que ele está fazendo hoje é estudar essa diversidade e ver mecanismos alternativos de trabalhar com eles. Porque sempre foi desafiador, porque historicamente desde o início os indicadores de região metropolitana de Recife,





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

são bem específicos, da região metropolitana de Salvador, eles são muito difíceis de a gente entrar. Uma única unidade de Fortaleza tem a mesma quantidade de clientes que a região metropolitana de Salvador inteira”. O **Sr. Rafael Feitosa (Sudene)** perguntou ao representante do ETENE/BNB “Há uma avaliação de impacto desse programa, lá no ETENE?”. Respondeu o **Sr. Marcos Falcão Gonçalves (Gerente executivo de Avaliação de Políticas e Programas do ETENE)** “Sim!. Temos uma avaliação que foi feita, a primeira que foi feita. Foi em 2008 ainda pelo Marcelo, da FGV, que eu posso até passar esse livro para vocês, onde ele é largamente utilizado até como referência para microcrédito, que é o Crediamigo, o Grammy brasileiro”. Complementou o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** que ele foi publicado em 2010 com dados de 2008 e que na época o Marcelo estava estudando o efeito da educação no empreendedorismo, e terminou usando o microcrédito como uma das formas de avaliação. E continuou o **Sr. Marcos Falcão Gonçalves (Gerente executivo de Avaliação de Políticas e Programas do ETENE)** “Essa foi a primeira, justamente nos dez anos do Crediamigo, lá em 2008”. Informou que em 2014 foi feita outra avaliação de impacto do Crediamigo, e que essa tinha sido uma demanda interna do ETENE, que também se prontificou de disponibilizar, e acrescentou que está fazendo outra. “Estamos discutindo a outra avaliação nesse momento, já estamos aproximadamente a um mês em conversas com a equipe do Alex, e estamos fazendo uma nova avaliação de impacto, já com definição de escopo, de variáveis. Ontem mesmo, encaminhamos a relação de variáveis para a equipe do Alex. Estamos trabalhando nisso aí. Em reuniões passadas eu comentei com vocês aqui que nós estávamos com um programa de pós-doutorado lá no Banco do Nordeste, e um dos objetivos específicos de um desses pesquisadores, é fazer uma avaliação de impacto do Crediamigo, que acreditamos que esteja concluída em meados do segundo semestre de 2019. O Sr. Rafael Feitosa (Sudene) perguntou se o resultado dessa avaliação de 2014 foi significativo. O **Sr. Marcos Falcão Gonçalves (Gerente executivo de Avaliação de Políticas e Programas do ETENE)** respondeu positivamente. O Sr. Rafael Feitosa (Sudene) quis saber se teve algum ponto polêmico, ao que respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “Não!”. E acrescentou “a principal coisa que decepciona é que o impacto do microcrédito é a longo prazo, aí você não tem uma mudança significativa de pronto. O cliente está no segundo ciclo de renovação, teve uma mudança significativa na vida dele? Não! A resposta vem a longo prazo e o que a gente observa mais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

significativo é após 10 anos de programa. É uma solução que pode ser implementada via mercado, você não precisa incluir recursos públicos, mas o efeito dela, o efeito é sustentável, mas ela vem a médio e longo prazo. O impacto é mais significativo naqueles mais pobres, daí essa questão de a gente focar muito naqueles que estão na base, inclusive os indicadores... na verdade, a gente usa a proxy entre pobreza e pobreza extrema. Na pobreza extrema o impacto é muito significativo pois há uma redução da incidência de 50% em 10 anos, e são três magnitudes de impacto. Um impacto na renda da família, a renda do negócio passa a ser a principal renda, há o incremento da ordem de 70%, em termos reais, após 10 anos de programa, há um impacto no negócio, na qualidade do negócio. Por exemplo, muitos negócios que são móveis, o cara que tem um carrinho de cachorro quente, ele se transforma em um negócio fixo. Na geração de emprego o impacto é pequeno, 14% após 10 anos, é pouco significativo, normalmente pessoas da família se agregam à atividade, e do ponto de vista social você percebe uma mudança significativa na qualidade da residência, e o impacto sobre a pobreza. Em síntese, o efeito é positivo mas é distribuído no tempo, ele não é imediato”. Perguntou o **Mr. Rafael Feitosa** (Sudene) “No caso, o público é majoritariamente de pessoas físicas? Respondeu o **Mr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “Hoje, 100%. A gente inclusive está estudando o ajuste metodológico para passar a trabalhar com pessoas jurídicas. MEI, Eireli, empresas do SIMPLES”. Perguntou o **Mr. Rafael Feitosa** (Sudene) – “A proposta de vocês é ir na direção de pegar o recurso do FNE e focar na Pessoa Jurídica, via MEI, digamos assim. Seria uma forma de segmentar, ou vocês adaptariam o Crediamigo? Como é que eles vão coexistir?”. Respondeu o **Mr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “Não! A gente quer adaptar a metodologia de atendimento, criando temas específico para atender pessoa jurídica dentro do Crediamigo. A grande dificuldade de atendimento desse cliente é a falta de informação que a gente tem dele, então rodar modelos “credit scoring” não funciona. Eles dão muito falso positivo e muito falso negativo, você não tem consistência na informação. A ideia é aproveitar esses clientes que passaram pelos ciclos iniciais que começaram pelo grupo solidário, acumularam experiência dentro do programa, passaram por todo conteúdo de orientação empresarial, estando no ponto de ser formalizado. A proposta é que mesmo se ele entrasse como pessoa física, tivesse uma saída dele formalizado, com os direitos trabalhistas assegurados e tal, pagando os impostos tudo bonitinho. A ideia era criar uma esteira de entrada, e nesse sentido, a adequação metodológica fica muito mais fácil do que você criar uma esteira nova com modelo de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

análise. A gente não sabe analisar uma empresa, um MEI que entra e nunca teve experiência, não tem capacidade. Não sabemos como fazer isso”. Perguntou o **Sr. Martinho Leite de Almeida (Ouvíndor da Sudene)** se referindo ao manual de avaliação citado pelo representante do BNB “a gente aqui na SUDENE sempre teve a seguinte preocupação: o Crediamigo sempre foi um fator contributivo para manter o homem no campo, e não só manter o homem no campo, mas melhorar não só a qualidade de vida, mas também a qualidade do trabalho. Nas avaliações tem se percebido essa melhoria da qualidade do trabalho, para melhorar a produtividade, para manter o homem no campo e dar capacidade de retorno desse investimento, e estimular novos investimentos de maneira que você, através desse caminho, crie um novo ambiente de produção, de melhoria de produtividade, e ~~eria~~ inclusive a melhoria da capacidade de pagamento e retorno para o banco. Isso em um passado não muito distante, sempre foi preocupação nossa inclusive, no âmbito do então Ministério de Integração Nacional e isso era uma pauta que a gente levava sempre, particularmente para a região semiárida. O que há sobre isso?”. Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “A gente vai fazer uma atualização do estudo do Agroamigo, mas infelizmente esse ainda é um desafio que a gente tem para vencer, a mudança do perfil tecnológico, a introdução de atividades não agrícolas que estabilize a renda. O que a gente conseguiu de avanço é pouco, no meio rural. Isso realmente é um desafio que permanece, a gente está fazendo uma avaliação agora, deve sair antes da avaliação do Crediamigo, e temos discutido muito com o Ministério da Agricultura, como é que a gente pode utilizar esse recurso que é injetável, R\$ 2,5 bilhões por ano não é pouco dinheiro, para ter uma mudança significativa nisso. Teve um papel importante, quando você combina várias políticas, teve um papel significativo nessa questão da redução da migração, da melhoria da qualidade de vida, mas ainda é pouco. No programa urbano o impacto é mais significativo do que no rural, exatamente por conta desse aspecto que a gente não conseguiu usar para fazer uma transformação, ainda continuou predominando a atividade pecuária de grande porte, que é muito suscetível a variações climáticas, a tecnologia ainda é muito rudimentar, a diversificação de atividades onde acontece é muito mais por algum estímulo externo e não nosso, tem uma proximidade de uma área que é muito turista. O **Sr. Mário de Paula Guimarães Gordilho (Superintendente da SUDENE)** informou “Vai precisar passar desse momento. Dia 24 desse mês o Presidente vem, vai ser apresentado o PRDNE a ele, ao conselho, e a gente vai partir para a implementação, e sobre o segmento da economia, um



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

dos seis vetores do plano, vamos fazer uma apresentação lá no Banco, combinar com o presidente, para vocês tomarem conhecimento, como também das etapas que a gente vai implantar pela frente. Talvez fosse interessante a gente buscar casar essa experiência de vocês. Nós estamos trabalhando 41 regiões intermediárias, que são as cidades polo do Nordeste. O governador do Maranhão pediu para dividir uma subregião de seu estado em duas, porque o outro município ficou muito distante, quase 400 quilômetros, e estava situada em uma região intermediária só, e são completamente diferentes, e nós estamos dividindo para passar a 42 subregiões previstas, e mais as nove capitais dos estados do Nordeste. Então na realidade são 51 cidades intermediárias que casam com as agências maiores de vocês, com o SEBRAE, tem equipe. Essas cidades foram escolhidas em cima dos dados do IBGE. Essa arrumação, seria um veio das informações, Essas cidades certamente vão aglomerar vários municípios, e com isso estimular a formação de associações entre prefeituras. Minas Gerais já tem algumas, Bahia também já tem, lá no Piauí também tem, Ceará, para que isso seja difundido e o Crediamigo possa entrar nas camadas mais baixas apoiando dentro do segmento, disponibilizando recursos. Eu acho que 36% ainda está caro, mas a redução disso pode se dar pela melhoria da qualificação, pela organização que a gente possa fazer. A propósito, qual é o valor máximo?”. Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** que o máximo é definido pela legislação, que hoje é de R\$ 15 mil reais e informou que está vivendo uma fase de transição da regulamentação, da lei que vai elevar esse valor para R\$ 21 mil, e acrescentou “a nossa média em 2018 foi R\$ 2.060,00, 80% dos empréstimos que nós fizemos no ano passado ficaram abaixo de R\$ 2 mil reais. O valor mínimo é R\$ 300,00”. Perguntou o **Senhor Sérgio Wanderley (Diretor de Gestão de Fundos da SUDENE)** se o mínimo iria continuar R\$ 300,00? O **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** respondeu que o mínimo vai continuar porque é para garantir mais acesso, e acrescentou “aí se tem desde aquela senhora que fabrica docinhos, que precisa de algum capital só para comprar insumos”. O **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** sugeriu aos representantes do Banco do Nordeste juntar esforços com o PRDNE para fazer uma formatação mais consistente para o eixo de economia do plano. E acrescentou “poderíamos buscar recursos com o Banco Mundial, BIRD, para operações maiores, para parcerias público-privadas. Isso é fundamental, principalmente para as áreas mais secas do Nordeste”. Lembrou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** a importância da rede montada pelo banco nesse contexto. E acrescentou o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de**



microcrédito do BNB) “É muito capilar. Eu sou um entusiasta disso, Superintendente, eu fui Secretário Estadual no Ceará e era desenvolvimento regional e trabalhava pela hierarquia por cidade, então eu sou um grande entusiasta desse modelo de sub-regionalização”. Continuando, **informou o Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Vocês vão receber o Plano completo, está muito bem elaborado, e todos os especialistas são de excelente nível, Sérgio Buarque, Tânia Bacelar, Paulo Guimarães. A parte de água, tem um especialista do Plano Integrado do São Francisco. O PRDNE está bastante consistente, bem sólido, e espero que o governo encete essa linha e a gente possa voltar realmente a ter um protagonismo na gestão do Nordeste, que a SUDENE realmente volte a dividir a cena, institucionalmente o PRNDE é obrigação de ser feito e nunca foi feito, e nós vamos levar ao Congresso, casado com o PPA. É uma forma de pegar os recursos e centralizar, ao invés de ficar aplicando picadinho pelo Nordeste inteiro, sem ter uma ação forte, tipo a transposição do São Francisco. É identificar o que a gente pode agregar ao São Francisco, energia solar, para reduzir a taxa de energia, para fazer a elevação da água tem que ser energia hidráulica, elétrica, hidroelétrica. Tem uma gama enorme de ações que eu acho que o Crediamigo pode vir por baixo ajudando essa arrumação. Acho que isso é muito importante, que a gente tenha isso como uma base, pegar essas informações do banco para vocês conversarem com a equipe que está montando o PRDNE”. Lembrou o **Sr. Rafael Feitosa (Sudene)** “Nesse escopo, a questão da atuação no território também está chegando muito forte no programa de Desenvolvimento Territorial, inclusive com parcerias muito bem fincadas com o Ministério do Desenvolvimento Regional. Anteontem a gente teve uma videoconferência para reativar a Rota do Cordeiro e para eles. Essa questão da integração é importante”. Compartilhando o seu intento, o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** lembrou as reuniões constantes ocorridas ano passado, para criar as diretrizes e as rotas nas cidades intermediárias, e que agora já está na segunda fase da estruturação efetiva do Plano pela equipe da SUDENE, pontuando “a gente pode sair daí com um programa muito bom”. O **Sr. Ethel (MDR)** demonstrou sua concordância com as colocações do Superintendente Mário Gordilho, destacou o mérito do governo, em tese, de fixar uma taxa de 36 % ao ano para o banco, e continuou “banco é banco, principalmente no Brasil, e sabemos que a taxa de juros no Brasil é um inibidor de desenvolvimento, está claramente definido isso, eu não tenho a menor dúvida. Agora, a gente sabe que há um custo operacional, os colegas do banco sabem muito bem aí, eu acho que um desafio para deixar esse programa redondo é reduzir

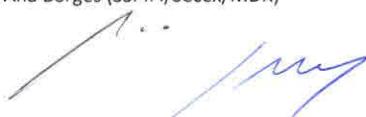


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

dramaticamente esse custo operacional para que, essa taxa de juros não seja desse nível profundamente alto. Eu proporia um estudo pois essa taxa de juros altíssima é reflexo do custo operacional. O desafio é reduzir o custo operacional. Aí tem que entrar sabe o que? Não pessoas, tecnologia. Eu acho que esse microcrédito pode ser acessível a todos em qualquer lugar, e a um custo bem baixo teria que ser desenvolvido algum aplicativo que acessasse um banco de dados onde todas as operações fossem automatizadas, é o único jeito de reduzir isso, porque se envolver pessoas, essa ideia de repassar para grupos, que tem um custo mais barato, isso não resolve. Do mesmo jeito tem custo alto, ainda mais com empréstimos de valores muito baixos. A gente tem esse problema de custo operacional bancário também em outras operações do Ministério, como nas transferências voluntárias de recursos para prefeituras, por exemplo. A gente tem imposto da Caixa Econômica, onde o dinheiro retorna a um custo muito alto também, dá para fazer interface com a Prefeitura, e a gente está pensando em resolver isso aqui em Brasília com tecnologia, cada vez mais tecnologia e mais automação. Se colocar um funcionário bom de outra instituição é claro que o custo vai ser alto. Essa é a ressalva que eu faço a esse programa de Microcrédito. Eu acho que ainda falta muito para arredondar”. O **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** concordou com o comentário do representante do MDR e acrescentou “hoje se você chegar, mesmo um Microempreendedor Individual (MEI), tem acesso ao FNE com as taxas do FNE. A ideia da criação dessa taxa para acesso das pessoas jurídicas nas condições do FNE, não é nas condições, a taxa de 36% ao ano é a taxa que a gente cobra como recurso de tesouraria, o que a gente está propondo de usar é o FNE como FUNDING, é usando essas taxas que o FNE utiliza para micro e pequena empresa, não teria mudança de condições. É a mesma forma de divisão de risco, metade do risco é do banco e metade do risco é do fundo, e a remuneração tal qual o banco tem liberado para transações do FNE normal. A ideia não é trabalhar com taxa de mercado nessas operações, mas trabalhar com o custo que o FNE adota, que hoje ele já teria acesso. A gente tem que ter um cuidado muito grande de reproduzir isso. Por exemplo, a legislação do microcrédito prevê a cobrança de taxa, taxa de abertura de crédito, no caso do microcrédito usando o FNE como FUNDING não teria, porque senão eu crio uma condição diferente para ele”. O **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** perguntou “qual a taxa do FNE no mercado?” O **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** respondeu que a taxa é aquela para o mesmo porte de MPE. E acrescentou o **Sr. Mário de Paula Guimarães Gordilho**



(Superintendente da SUDENE) “E quanto nós temos na previsão de 2019 do FNE para microcréditos, afora essa obrigatoriedade da nova lei?”. O **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** respondeu que hoje é R\$ 3,05 bilhões do PRONAF, que aí entra PRONAF normal e a parte que é microcrédito. Acrescentou que para o banco não tem nada, mas tem o orçamento para MPE, que pode ser dividido, uma parcela para microcrédito e outra para aquilo que ultrapassa os limites do microcrédito. **Perguntou o Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “E a nova lei, está obrigando a colocarmos quanto?” O **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** respondeu que a nova lei não prevê e que ela apenas prevê a possibilidade de uso como FUNDING. Retomando a questão, o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** indagou “E normalmente qual é o prazo dessa operação?” O **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** respondeu que atualmente o capital de giro é em torno de cinco meses e as operações de investimento, entre 14 e 15 meses. O **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** sugeriu estudar o assunto e acrescentou “tem uns recursos dentro do banco, do FNE, que ficam aplicados em títulos públicos federais, certamente, talvez uma parcela desses recursos pudessem ter, não a remuneração de um título público federal, porque o fundo não exige isso do banco, mas que eles pudessem ser aplicados pelas taxas intercorrentes do fundo. Por exemplo, uma operação do FNE que leva 15 meses para fazer uma eólica, um grande programa de eólica. O banco tem que ter os recursos disponíveis, reservados, para liberar durante um período. Nesse interregno talvez esses recursos possam ser usados para o microcrédito com taxas normais do FNE”. Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “Nós temos isso hoje no FAT, os recursos em disponibilidade do FAT, o Fundo pode repassar para os bancos públicos operarem em microcrédito, exatamente com esse sentido. A gente paga TR, que hoje está muito próxima da SELIC, que flutua, a gente paga TLP, e tem a liberdade de aplicar com recurso de tesouraria. Eu capto a TLP e aplico a 36% ao ano, então também é uma possibilidade que a gente tem. A gente tem como avaliar o crédito, tem CNPJ, aplica como aplicação normal. E a outra possibilidade é usar a disponibilidade para fazer o *Followty* desse recurso flutuante, isso é possível. O **Sr. Rafael Feitosa** (Sudene) em alusão ao comentário do **Sr. Ethel (MDR)** sobre o uso da tecnologia como fator de redução de custos operacionais, comentou “com certeza a tecnologia vai aumentar a produtividade e vai tender a diminuir custo, mas eu acho, e aí eu queria até colocar os colegas que tem uma expertise maior na





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

operação desse tipo de instrumento, que esses grupos de autofiscalização para receber o crédito, eu como economista e no meu *feeling*, eu não tenho nenhum dado, mas imagino que a principal função desse grupo deve ser de reduzir o risco moral e não, necessariamente ser uma forma, ou mecanismo de distribuir isso. Assim, eu queria ponderar, porque por um lado lógico a tecnologia vai reduzir custo, mas por outro, uma condição muito sensível desse tipo de programa de qualquer crédito, e nesse sobretudo, porque tem menos lastro, tem menos cultura, o risco moral é uma variável muito relevante. A pessoalidade é algo que mitiga muito esse risco moral. Eu falo isso como leigo e sem me debruçar em nenhum dado, e é por isso até que eu abro essa provocação para o Sr. Ethel, e com cópia para os colegas aqui do banco. O **Sr. Ethel (MDR)** assim se pronunciou “eu tenho muita preocupação, pelo visto o Manoel também, quando eu vejo, por exemplo, o FGTS financiar grandes empreendimentos a TR+6% eu me pergunto: cadê o social entre 36%? A distância é muito grande, então eu não vejo um risco moral. Já que você abordou a questão moral, eu vejo pelo outro lado. A gente vai estar penalizando pessoas com muito menor poder aquisitivo em uma grande empresa, e ajudando grandes bancos com taxas muito boas, a TR+6%, e outras coisas”, posição com a qual concordou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)**. E continuou o **Sr. Ethel (MDR)**, “eu sei disso porque eu participo do Comitê de Investimentos, o Comitê de Investimentos do Fundo de Garantia, eu represento o Ministério do Desenvolvimento Regional lá. No geral, esses empréstimos para grandes empreendimentos, de R\$ 500 milhões, R\$ 1 bi, R\$ 2 bi, obras grandes, grandes empresas, ela só faz TR+6%, ou em torno disso. A gente está preocupado com o social com essa diferença tão grande”. Retomando a palavra, o **Sr. Rafael Feitosa** (Sudene) esclareceu, “o que eu coloquei Ethel, não era o valor da taxa. A taxa com certeza, eu acho que quanto mais a gente conseguir reduzir a taxa, melhor. O que eu ponderei foi o mecanismo de operar esse instrumento, claro que o teu objetivo é diminuir a taxa porque o diagnóstico era custo operacional. O que eu queria colocar na mesa é que eu acho que não é só questão do custo operacional, eu acho que algumas formas de modelagem desse programa que incorrem em custo, elas têm como raiz não o custo operacional, mas por exemplo, o risco moral. Mas totalmente, eu acho que no Brasil como um todo a gente tem muito problema de financiamento de curto e longo prazo, muitas vezes o financiamento de longo prazo tem uma taxa menor que o de curto? E o pequeno acaba sofrendo mais por uma questão de lastro, mas o que eu estava focando aqui era esse aspecto, é do desenho da governança porque isso vai ser um





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

benchmark para a gente formatar o FNE operando nesse microcrédito. Então eu estava querendo ponderar nesse sentido”. Retomando, acrescentou o **Mr. Ethel (MDR)** “Eu acho que isso é importante Rafael, mas veja bem, no Brasil a gente tem mais aparelho celular do que gente. Eu acho que a gente tem que tentar reduzir custo aí, indo na linha do Fintex, ou coisa parecida. A gente tem que reduzir custo de uma forma dramática. A gente pode continuar tendo taxa de juros gigantescas no Brasil, sempre em consequência do custo operacional. Essa tecnologia pode interligar, a gente tem que pensar mais nisso”. O **Mr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** pontuou “Os dois tem razão. Nós temos discutido muito com o Banco Central sobre a questão da cidadania financeira, um dos objetivos do Banco Central hoje, é a questão da inclusão financeira, e o cuidado da sociedade com o uso do dinheiro. Os desafios que a gente tem para o Brasil, ainda é da falta de disponibilidade de informação para esse público, e isso é que obriga esse trabalho ser muito intensivo de mão-de-obra. Hoje a gente não tem, e a gente já testou três modelos estatísticos, a gente conversa com Fintech. Sabe quais são as taxas que o Fintech tem operado com esse público? 10% ao mês, por que não consegue avaliar o risco do crédito”. Continuou o **Mr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “A agenda urgente que a gente tem com o Banco Central é do *Open Banking* e do Cadastro Positivo. À medida que a gente tiver informações sobre esse público, aí, de fato, a gente consegue fazer um atendimento muito mais remoto. Ainda tem o aspecto relacionado à educação financeira. Nós temos um desafio grande porque esse público não sabe lidar com dinheiro. Um dos problemas que a gente teve agora nessa crise recente, foi do superendividamento das famílias, a dificuldade que é de lidar com dívida. Então tem uma parte do atendimento, tanto que a política chama-se “Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado”. A orientação é obrigatória, eu não posso fazer um atendimento para o cliente sem que eu tenha visitado o estabelecimento dele, sem ter dado um conteúdo mínimo de agregação”. Ponderou o **Mr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Isso dificulta um pouco o início da tecnologia, mas no segundo crédito ele já pode entrar na linha de tecnologia. Eu acho que o contato inicial deve ser personalizado, você olha no olho do cliente, mas a partir do segundo crédito, eu acho que ele já pode entrar em uma rotina”. Destacou o **Mr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “Até a equalização legal era obrigatória em cada renovação do crédito a presença do agente de crédito. Estava na lei. A lei dizia: olha, você vai renovar, você tem que ir lá, você tem que atualizar os dados, tem que



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

montar um novo processo e dizer, ‘olha aqui, ele tem capacidade de pagamento’. A nova lei já permite isso a partir do segundo contato, e aí você tem um atendimento remoto. E é aí onde a gente está apostando que, operando dessa forma, consegue reduzir o custo operacional. Por outro lado, tem essa questão da cultura, da obrigação legal do atendimento, que obriga o banco a ter um universo muito grande de gente, além dos próprios desafios da regulação brasileiro. Recentemente a gente fez uma visita de *benchmark* pelo Peru e Colômbia. O microcrédito do Brasil representa 0,2% do crédito do sistema bancário. Nesses países, representa 30%. O que é que faz a diferença? *Open Banking*. Lá, você pega um número de identidade, você tem toda uma vida bancária do cliente, disponível, informação pública, e o Cadastro Positivo. Lá realmente, você consegue dar uma automação muito maior. Aqui no Brasil, que tem esse espaço regulamentar, porque a avaliação de confiança é essencial no crédito, a gente não consegue ter esse estoque de informação do cliente. Então, o grupo solidário, o trabalho capacitador, termina sendo a forma, e funciona da mesma forma na Ásia, o modelo original da Ásia de microcrédito é exatamente baseado nisso, eu não tenho informação, mas a comunidade tem, então eu terceirizo para ela um pouco dessa avaliação de risco do grupo solidário. Mas eu concordo consigo” se referindo ao Superintendente Mário Gordilho, “a gente tem que buscar formas de reduzir esse custo operacional e conseguir trabalhar com taxas mais baixas”. Referindo-se aos comentários anteriores, o **Sr. Ethel (MDR)** ponderou “Você citou aí um aspecto interessante, que é a medida desse governo de lá, que é o crédito, o cadastro positivo. O cadastro positivo talvez seja um ponto de partida, porque dizem no Brasil, e isso é sério, e a gente é testemunha aí no dia a dia com o povo, que muitas vezes o que o homem tem de patrimônio é só o crédito, e ele se orgulha em dizer isso - eu posso ir lá na loja que eles me vendem, porque ele tem esse histórico. Ou talvez seja um ponto de partida para a gente aprimorar o cadastro positivo”. Complementou o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “A gente está discutindo isso hoje com o Banco Central, esses aspectos da importância do Cadastro Positivo para a inclusão financeira no Brasil, porque o outro aspecto é que a experiência de microcrédito de sucesso está concentrada no Nordeste. Só o Banco do Nordeste responde por 65% do microcrédito do Brasil”. E comentou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Imagina quando o banco baixar a taxa do microcrédito para a do FNE?”. Mas o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** salientou que há uma limitação. “Hoje nós temos 65 % do mercado, mas tem o restante do Brasil, você tem dois



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

terços de excluídos financeiramente no Brasil, e o Nordeste não é diferente. E o Brasil precisa de uma política para isso, quer dizer, não é apenas uma política de desenvolvimento regional, é uma política de desenvolvimento do país”. E complementou o **Sr. Ethel (MDR)** com um exemplo: “na véspera do dia das mães, no sábado, eu fui comprar uma televisão em um shopping aqui em Brasília, e precisei entrar em uma fila e não eram pessoas de poder aquisitivo não, mas pude notar que as lojas às vezes sabem operar com quem tem pouca renda, e ela dá crédito para todo mundo, pagar em 10 vezes, 24 vezes se tiver cartão da loja. A gente tem que aprender um pouco com isso. Como lidar com esses cadastros, para poder acreditar na pessoa que precisa pegar esse empréstimo de pequeno valor”. O **Sr. Rafael Feitosa** (Sudene) perguntou aos representantes do Banco do Nordeste quando poderiam enviar a proposta formatada para a Sudene e o Ministério do Desenvolvimento Regional, e complementou “estamos preocupados porque isso tem origem no TCU, isso é uma legislação que já vem desde 2018, já foram feitas reuniões, uma série de ações”. O **Sr. Valdir Machado (BNB)** informou que o desenho feito com base nas discussões já realizadas e que é mais ou menos um resumo da fala do Alex, já está pronto e que estava esperando o resultado desta reunião, e esclareceu “o conhecimento que a gente teve da causa é que os outros bancos que também trabalham com fundos constitucionais, não estariam preparados para operacionalizar esse programa por conta dos outros fundos, que a gente considera que não é algo a ser pautado, mas enfim, não vai atrapalhar. O nosso diferencial é já ter o produto inclusive tocá-lo daqui para frente”. Referindo-se ao tratamento do assunto Microcrédito pelo CONDEL, o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** falou sobre a possibilidade de propor, na próxima reunião, um remanejamento maior dos recursos do FNE para que o banco adote as mesmas taxas do FNE para o Microcrédito, e complementou “Eu acho que isso deve ser pautado na próxima reunião. Eu não sei nem se dá tempo de a gente inserir na reunião que o Presidente vai, para ele já anunciar isso, porque é importante que a gente tenha taxas, 36% está tendo um sucesso desses, inadimplência praticamente zero, consumo grande, o banco tem uma rede já estruturada para fazer isso. Então a gente talvez pudesse entrar com esse programa como um diferencial de mudança da economia, lógico que tem um custo operacional mais elevado do que fazer um crédito no atacado de R\$ 500 milhões, para você fazer centenas de créditos tem um custo mais elevado, mas isso pode ser compensado de alguma outra forma. É o papel do banco também fazer isso. Eu acho que seria uma proposta, eu vou até falar com o Ministro Canuto, quando terminar a reunião aqui, para propor a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

ele que talvez a gente insira já nessa programação um valor. Já que tem uma proposta do banco de fazer uma alteração de valor do FNE, coloca-se isso no microcrédito a taxas normais de mercado”. Sobre o assunto, comentou o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “O que a gente pode fazer é formalizar a proposta. Eu acho que a gente pode encaminhar essa proposta e em paralelo poderia se fazer a análise da questão da liquidez olhando o exemplo que acontece hoje com o FAT, que aí não seria nas condições do FNE, pois o custo desse recurso é mais alto para o banco. O risco é todo do banco”. Ponderou o **Sr. Mário de Paula Guimarães Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “O que se pode fazer é criar um fundo garantidor do próprio FNE para que essas operações tenham respaldo e risco de crédito que reduza o risco bancário. Já que é 1,5% a gente separa 1,5% ou 2% do valor que a gente vai operar, como um fundo garantidor para não causar problema nas análises bancárias”. A **Sra. Cláudia** pediu ao Senhor Alex uma ponderação. “A proposta enviada sobre o novo programa de Microcrédito terá como pré-requisito que o beneficiário já tenha contratado junto ao BNB através dos programas Crediamigo e MPE”. De fato, respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de Microcrédito)**. A acrescentou, “ou pela carteira normal do atendimento do FNE, porque a gente já tem uma experiência anterior com esse cliente”. Retomou a **Sra. Cláudia** – Exato, “a ideia por trás da concessão de microcrédito é tornar este recurso como um acesso inicial, assim como é feito no Crediamigo. A necessidade de relacionamento prévio com o Banco não prejudicaria este objetivo?”. O **Sr. Alex Araújo** (Superintendente de Microcrédito) informou que “a questão é como a gente suprir esse problema da falta de informações que a gente tem. O cliente que já está dentro do programa, aí esse a gente consegue construir o histórico próprio dele, então fica muito mais fácil a avaliação de risco de crédito, eu consigo automatizar, eu consigo operar com “funding” mais baixo com o custo mais baixo para ele. Então a ideia é a gente suprir essa lacuna da falta de informações, por isso que a experiência, que a exigência de experiência prévia ou como cliente do microcrédito via grupo solidário, mesmo como pessoas físicas, ou vias carteiras que já existem”. Retomou a **Sra. Cláudia** “mas o que seria aplicado com o microcrédito não poderia ser aplicado pelo FNE? A avaliação? Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de Microcrédito)**: “aí eu me submeto a uma estrutura de custo que é completamente distinta, que é muito mais elevada, essa taxa de entrada é muito elevada. E aí tem uma série de discussões sobre, por exemplo, como funcionaria um grupo solidário de pessoas jurídicas? Aí tu sabe responder isso.” Retomou a **Sra. Cláudia** “o banco



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

propõe atender apenas pessoas jurídicas com o programa? Respondeu o **Sr. Alex Araújo** (Superintendente de Microcrédito) “só para pessoa jurídica na condição de crédito individual.”. Novamente perguntou a **Sra. Cláudia** “a Lei do PNMPO trata também de pessoas naturais. O posicionamento do banco é por conta do custo operacional?”. Respondeu o **Sr. Alex Araújo** (Superintendente de Microcrédito) “como o FNE aí exige uma rediscussão, porque na verdade não existe previsão legal para microempreendedor pessoa física, a gente tem que discutir em como fazer. E lá ele cita produtor rural. Ele é específico na legislação. (intervenções simultâneas 01:03:17).”. Acrescentou a **Sra. Cláudia** “o fator programa que é utilizado para a taxa de juros, ele fala de pessoa física e microempresa.”. Respondeu o **Sr. Alex** (Superintendente de Microcrédito) “o que a gente tem como pessoa física, hoje determinado para o FNE, está vinculado à característica da pessoa física. Por exemplo. A gente tem pessoa física? Tem! Qual seria? No caso o FNE só o mini e micro gerador, então isso está vinculado. A **Sra. Cláudia** indagou ao **Sr. Alex** “ao mini micro gerador é quem está nesse papel?” O **Sr. Alex** respondeu “Isso! Hoje para pessoa física, a gente pode personalizar recurso do FNE, para o produtor rural, FIES e mini micro gerador. O **Superintendente Mário Gordilho** indagou, “mas isso está com essas especificações, por quê? É aspecto legal ou aspecto de normativo?”. Destacou o Sr. Alex “Aspecto legal! O banco se adapta a isso, não é interno.” Perguntou o **Sr. Mário Gordilho** (Superintendente da SUDENE) “na regulação do fundo, lá trás, já havia previsão de energia solar?”. Respondeu o Sr. Alex “mais especificamente na Lei nº 10.177/2005, que é a que define acesso de juros.”. Perguntou a **Sra. Cláudia** “foi uma medida provisória que alterou, instituindo pessoa física para o financiamento de energia, não foi?”. E complementou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “mas isso, eu acho que é uma medida provisória, ... com esse calibre de redução e de possibilidade de extensão de crédito às taxas do FNE, passava...”. Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de Microcrédito)** “mas para pessoa física eu acho que requer uma discussão com o Ministro da Economia que vai além disso, porque a gente vai restringir o microcrédito com operações do fundo constitucional. O microcrédito concedido originalmente como política pública de dar uma conexão de recursos de mercado para a inclusão bancária, a gente mata de vez”. Complementou novamente o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)**, “36% ao ano”. Esclareceu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de Microcrédito)** “é um acesso. A discussão não é taxa, é acesso. A alternativa que ele tem é o cartão de crédito, aqueles 300%. A



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

taxa é da economia, porque senão a gente vai concentrar isso só nos fundos constitucionais. Hoje eu tenho um banco privado que opera, eu vou tirar ele do mercado. Eu vou tirar ele do mercado. Tem, o Santander". Inquiriu o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** "quem repassa o dinheiro para vocês? Eles vão passar 1,5%". Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de Microcrédito)** "não, não. Ele opera o microcrédito". Retomou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** "E os outros todos, Bradesco, Itaú?". O **Sr. Alex Araújo (Superintendente de Microcrédito)** complementou "eles repassam o dinheiro, mas (intervenção simultânea). Mas o que eu estou dizendo é que esse ambiente de inovação de mercado, de solução de mercado de microcrédito acaba". O **Sr. Rafael Feitosa** (Sudene) acrescentou "o que eu acho que o Alex está tentando falar, sendo um pouquinho mais prolixo é o seguinte. O microcrédito, ele tem um ponto positivo irrelevante do ponto de vista cultural para o fato de um banco privado estar operando. Quando um governo entra, ele sempre gera uma distorção (intervenção simultânea). Então, o governo sempre entra, ele vai gerar uma distorção, mas a gente espera que o ponto positivo seja melhor do que o negativo. O que eu acho que o Alex está ponderando é que a distorção que o FNE vai gerar, ela vai tirar um efeito positivo muito relevante, que é um banco privado estar operando no mercado de microcrédito. Mas outro lado, realmente, as taxas são muito altas, então eu acho que seria o caso realmente, assim, eu concordo com o Dr. Mário, não tem como não concordar, a taxa é muito alta, será que o desdobramento dessa reunião não seria envolver o pessoal da economia, sentar e ver o que a gente pode fazer para equalizar essas variáveis, entendeu? E fazer uma coisa paulatina, porque é senso comum, é até conversa de bar, graças a Deus, que a taxa de juros é muito alta, eu acho que isso tem que entrar no olhar do público mesmo. Eu acho, e agora pegando aqui o gancho do Dr. Mário, e o que o Alex está falando, que é uma agenda para se colocar na mesa, chamar a economia, que inclusive está pautada Ethel, que era para eles estarem nessa reunião, o Ministério da Economia não veio, mas de a gente afunilar essa agenda com o pessoal". E acrescentou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** "no PRONAF as taxas também são essas?". Esclareceu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de Microcrédito)** "Não! Porque quando eu uso a funding do FNE a taxa é do FNE, o PRONAF a taxa é do PRONAF, 0,5% ao ano mais rebate, 5,5% ao ano com rebate. Então no PRONAF a taxa é negativa. Mas lá no PRONAF para a gente equilibrar o custo...". Comentou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** "mas é dinheiro do



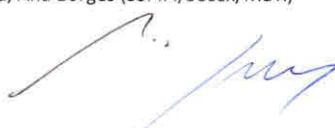
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

FNE”. O **Sr. Alex Araújo (BNB)** acrescentou “risco todo do FNE”. Eu acho que uma taxa negativa não é conveniente, já que a gente quer levar o cliente ao mercado...”. Esclareceu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de Microcrédito)** “mas aí de novo, essa é a política do PRONAF”. Retomou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “é, mas as políticas são distorcidas para uma área, um tipo de política, e para outra é completamente diferente. A gente não consegue equalizar as taxas do país, a convivência de banco com o cliente, com essas distorções. Vamos lá.”. Intercedendo na discussão, o **Sr. Ethel (MDR)** “vocês citaram o hoje Ministério da Economia. A gente estava discutindo aqui internamente, assim, no Brasil, todo brasileiro tem um cadastro completo sobre si mesmo em algum lugar. O desafio é realizar esse cadastro de todo o brasileiro. E como é que se poderia integrar, transformar isso em uma aplicação automática. Como o banco colocou a dificuldade de capturar o dado do cliente, de uma forma um pouco custosa até conceder o empréstimo. Eu acho que é uma boa conversa para o Ministério da Economia. O Ministério da Economia tem lá uma super secretaria de desburocratização. O Ministro Paulo Guedes criou essa super secretaria para resolver esses problemas. Talvez seja interessante colocar na hora. Enquanto não resolver esse negócio de cadastro brasileiro no microcrédito.”. Inquiriu o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “talvez, pedir ao Ministro Canuto que faça contato com o Ministério da Economia para a gente dar uma sentada e tratar desse assunto. Ok? Respondeu o **Sr. Ethel (MDR)** “exatamente!. Eu acho que é um assunto para desburocratização.”. Complementou o **Sr. Rafael Feitosa (Sudene)** se dirigindo ao representante do Ministério do Desenvolvimento Regional “então vocês encaminham essa proposta? A gente pode definir uma data senhores, para ver se dá para pautar no CONDEL? A proposta da criação dentro do FNE dessa linha de PNMPO”. **Sr. Alex Araújo (Superintendente de Microcrédito)** “O que está pronto é esse que eu apresentei. A gente pode em paralelo, fazer essas discussões complementares, eu acho que do próprio uso, do próprio financiamento de pessoa física, esse está pronto, a gente encaminha lá para o nosso setor, e a gente vai discutindo em paralelo o uso do financiamento para pessoa física e o uso das disponibilidades”. **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “é talvez um fundo garantidor”. **Sr. Alex Araújo (Superintendente de Microcrédito)** “Excelente, E um fundo garantidor seria o ideal, com um percentual, porque aí eu poderia resolver o problema da entrada, porque eu posso ter um cliente sem a necessidade de ele ter um histórico”. Indagou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da**

SUDENE) ao **Sr. Alex Araújo (Superintendente de Microcrédito)** “Os recursos podem ser aplicados pelo FNE, microcrédito, para pessoa jurídica sem restrição legal?”. Respondeu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de Microcrédito)** “Não! O Banco pode!”. Contra argumentou o **Sr. Mário de Paula Guimarães Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Mas para usar a taxa do FNE para empresa hoje, pelo microcrédito pode, só não pode pessoa física. A única alteração legal a fazer é permitir que pessoas físicas acessem o FNE no microcrédito”. De acordo com o **Sr. Valdir Machado (BNB)** essa proposta (relativa a pessoas jurídicas) já seria passível de operacionalização imediata, e complementou “Na verdade, eu não vou dizer operacionalização imediata, mas isso aqui já pode ir para a programação imediatamente, porém tem uma questão interna, que é arrumar equipe, se estruturar para isso”. E complementou o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “A decisão do conselho monetário ainda não tá valendo”, esclarecendo o **Sr. Valdir Machado (BNB)** que esse deve ser o cuidado, exemplificando com o FNE Sol, que ele tinha sido aprovado, mas que houve todo um trâmite operacional interno para o banco se preparar em termo de sistema, negócio etc.. O **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** complementou “E aqui a gente está na noventena da decisão do conselho monetário, ainda não está valendo. Essas novas regras, o endividamento de R\$ 200 mil ainda não está valendo não, a gente ainda está submetido à legislação vigente”. Perguntou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “E já está funcionando o cadastro positivo?”. Esclareceu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** que se o cadastro positivo começasse hoje, com todo o esforço, levaria cinco anos. Quis saber o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Mesmo com essa equipe do Ministério da Economia para analisar?”. Esclareceu o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “É uma questão prática. São os dados que você tem que criar, para serem estaticamente confiáveis, e ainda não tem isso. Hoje o dado é um ativo de cada empresa”. Lembrou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “A Federação dos Bancos tem insistido nisso”. Compartilhando a sua experiência, lembrou o **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** “Eu participo de um grupo da FEBRABAN que a gente não consegue compartilhar nossos próprios dados. A FEBRABAN é a grande inimiga desse negócio. Para a FEBRABAN, os correspondentes bancários e os dados dos clientes são ativos de valor inestimável. Mas olha, a gente fica combinado desse jeito então, obrigado”. Reportando-se ao item seguinte da



pauta da reunião, o **Mr. Mário de Paula Guimarães Gordilho (Superintendente da SUDENE)** passou a palavra para o Coordenador-Geral substituto de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação, Ademir Vilaça para tratar do item 1.2 com o tema “Ações para expansão do crédito para a indústria - retomada do Acordo de Cooperação Técnica Sudene-CNI”. Lembrou o **Mr. Ademir Vilaça (Coordenador-Geral substituto de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação, SUDENE)** que o assunto havia sido levantado na primeira reunião, e destacou “o que a gente vê historicamente é que os desembolsos do FNE para o setor industrial ficam baixos, e inclusive na programação de 2018 não foi cumprido o programado. Se eu não me engano ficou cerca de 80% e no ano retrasado se fez uma parceria com o BNB, quando fomos em todos os estados, nas federações de indústrias, foram feitas apresentações junto as federações sobre o acesso ao FNE, sobre o acesso aos incentivos, e dada essa reiterada insuficiência do crédito, por assim dizer. Estamos tentando articular junto ao banco, uma iniciativa que foi pautada anteriormente, mas que não avançou, que é chegar mais próximo das federações e capacitá-las para atuarem como captadores de crédito do BNB. Conversando até com um membro do BNB soube de uma conversa antiga, de colocar um gerente do banco na federação, mas não é isso que nós estamos querendo. A proposta é treinar as federações para atuarem como correspondentes bancários. É chegar nas empresas e nos sindicatos que fazem parte das federações, já com a informação e fazer um crédito qualificado. Nesse caso seria um treinamento que interessa às federações. A própria CNI também tem interesse em ajudar a Sudene nessa mobilização, inclusive por ideia do superintendente. A gente também faria um treinamento com relação aos incentivos da SUDENE, e ao invés de empresário chegar diretamente lá no banco e ter esse problema de cadastro, de documento, a Federação atuaria no sentido de gerar uma demanda de crédito industrial mais qualificada para o banco. Aí como eu já disse, isso foi discutido anteriormente, no ano passado, no âmbito dessa caravana que fizemos pelo Nordeste, mas isso não avançou, então a gente queria aproveitar que o comitê de monitoramento do FNE tem o objetivo justamente de ações para induzir o crédito, e ver como é que a gente pode operacionalizar isso daí, essa iniciativa”. Complementando, o **Mr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** indagou o **Mr. Ademir** “nessas caravanas que vocês fizeram, as federações solicitaram um maior conhecimento dos empresários em relação aos créditos do FNE, do FDNE, dos recursos do banco?” e aproveitou para pedir a opinião dos presentes, justificando: “a gente está sentindo a





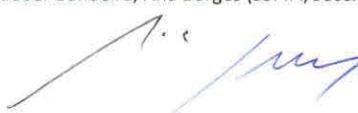
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

necessidade de dar uma explicação maior sobre os fundos e os incentivos fiscais para os empresários, porque muita gente não sabe que existe o incentivo com o Imposto de Renda. Esse contato aconteceu antes mas caiu em desuso. Tem-se que mostrar ao empresário que ele pode recolher parcela do Imposto de Renda para aplicar na própria empresa para poder melhorá-la. É uma coisa que precisa ser mais comunicado, aí a Fazenda não vai gostar muito porque o Imposto de Renda vai dar uma reduzida, mas efetivamente é para ajudar ou não é?”. E complementou o **Sr. Ademir** “Sem dúvida! Essa iniciativa foi fruto da nossa percepção de que muitas pessoas nem conheciam os incentivos da SUDENE, e o BNB é muito burocrático. Aí quando você conversava com os empresários, o que eles falavam? “Ai, é porque a gente chegava e na hora de assinar faltava uma certidão”. Em função disso a Sudene percebeu que era muito mais uma falta de sincronismo de informações e de uma orientação, que muitas vezes o empresário que não vai ao banco ou não tem tempo, poderia usar as estruturas das federações e isso aumentaria a capilaridade, tanto da SUDENE quanto do Banco do Nordeste. A proposta é essa, fazer um treinamento das federações para qualifica-las para captarem crédito para o banco. Não é deslocar ninguém do banco para a Federação, mas ela já chegar e entregar mensalmente, ou periodicamente, ou indicar clientes que já teriam uma capacidade maior de pegar o crédito”. Complemento o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “A divulgação talvez pudesse ser feita também pelo SESI, SENAI. O grande empresário que frequenta a federação, ele conhece. Aí talvez indo aos sindicatos patronais já haja uma capilaridade maior. Na própria federação, não, O Presidente de lá recebe o Ministro, recebe o governador. Mas no sindicato não, no sindicato o cara está lá conversando, discutindo, perguntando o que você fez, o que você não fez, me ajude. Eu acho que sindicatos e SESI e SENAI, que treinam mão de obra, vão para dentro das indústrias, naquelas carretinhas podem propiciar isso. Eu acho que a gente tem que motivar para que isso aconteça, e muito com o apoio de vocês, do Banco do Nordeste, porque vocês tem uma estrutura muito boa de divulgação e de preparação de manuais, de coisas simples, cartilhas para o pequeno e médio empresário que possam orientar, que é o objetivo da gente. Vamos caminhar nesse sentido?”. Esclareceu o **Sr. Valdir Machado (BNB)** “O que a gente percebe e tem sido recorrente, nesses últimos anos, é que a indústria por conta da própria crise econômica, ainda sente bastante. Por outro lado, você vê como serviço exerce uma pressão. É como se a salvação tivesse vinculada ao setor de comércio e serviço, dado que a indústria é a primeira a sentir a falta do investimento. A capacidade dela vai



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

lá para baixo. Então a gente sentiu um pouco essa baixa da aplicação do FNE na indústria, nos últimos anos. E algo que é recorrente é a questão do turismo. É impressionante como o turismo não decola numa região que é turística. O banco já tem identificado alguma coisa que pode ocasionar isso, no que se refere ao FNE. Já há algum cadastramento de operação lá na Agência, que poderia estar vinculado ao setor de turismo. Na verdade, o cara coloca lá na agência e enquadraria como comércio e serviço. Isso acaba contando para o setor que já está com pressão lá em cima, e não dá força a outro. E a própria agroindústria também. Na verdade essa é uma ação que poderia ser replicada também para esses outros dois setores. E no que diz respeito ao apoio do banco para a gente tentar chegar, seja no sindicato, Senac ou mesmo nas próprias confederações, a gente está à disposição para estudar qual seria esse desenho, a elaboração de cartilhas. A gente pode exigir isso para o nosso ambiente de comunicação, para a gente tentar fazer, chegar esse tipo de informação lá na ponta, em parceria com vocês, ou uma outra ação de qualificação que a gente possa indicar, algum gerente de negócio que está na agência e pode ir até o local, isso faz parte da agenda de trabalho também”. Complementou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Igual ao SEBRAE!”. Continuou o **Sr. Valdir Machado (BNB)** “Isso! A superintendência tem essa articulação, que já faz parte do metrô. Claro que em determinados momentos do ano essa articulação diminui um pouco o próprio ritmo da necessidade de fazer um negócio, a gente sabe que a estrutura do banco também tem os seus gargalos, mas esse tipo de trabalho de chegar junto, de ir a um espaço, de fazer uma divulgação, isso é totalmente plausível”. Sobre o assunto, salientou o **Senhor Ademir** que é um esforço a mais do que uma cartilha e do que uma apresentação institucional, mas a ideia é justamente conseguir passar um pouco mais dos detalhes operacionais para a concessão de crédito, que eu acho é o gargalo. É o empresário saber exatamente o que ele precisa ter e se ele está qualificado para se habilitar a esse crédito, completou. O **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** procurando resumir o problema, afirmou “tem um nome técnico e um popular para isso: o nome técnico é ‘correspondente não bancário’, e o popular é ‘pastinha’. Se fosse no setor rural eu já liberaria na hora, porque é importante. Eu acho que o Banco do Brasil tem uma experiência com isso no crédito rural, inclusive a operacionalização do PRONAF, que trabalha com cooperativa, com alguns sindicatos, com algumas federações, eu acho que pode ser uma coisa interessante para o banco trabalhar. O interessado traz o processo pronto, tudo aquilo que é de conformidade, documentação.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

Como a gente faz na Caixa quando vai financiar um imóvel no SFH, tem alguém que vai lá e resolve tudo”. O **Sr. Martinho (Ouvidor da SUDENE)** acrescentou “a ideia de treinar dentro das Federações, criar núcleo dentro das Federações, Sindicato de indústria para assessorar os empresários que queiram alguma coisa, para eles falarem a mesma linguagem, tendo um interlocutor que entenda do assunto, não precisa estar dentro da federação, ele pode ser dentro da indústria, mas pode também ser dentro de um sindicato com alta representatividade. Por exemplo, a questão do turismo que tem um apelo muito grande: praia, sol, percebia-se que na hora de você pegar um financiamento do FNE que é um recurso bem aquinhoadão, ficava o tomador lá embaixo e a estrutura do banco não atendia a expectativa. Nós perguntávamos nas nossas reuniões se era uma questão de marketing junto aos empresários do setor, capaz de dizer as vantagens de custo, ou era por falta realmente da capacidade do setor de tomar crédito, questão do risco, questão não sei do que, questão de avaliação, e isso nunca ficava claro”. O **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** complementou “É o correspondente não bancário dentro das federações. Isso eu já tenho experiência do FNE Sol com os sindicatos das federações”. Retomando a discussão, o **Sr. Ademir** completou “E assim, a gente percebe que há um grande interesse das ações, porque as federações, pelo menos as principais, todas elas têm o núcleo de acesso ao crédito, e eles cobram assim da gente ‘a gente quer operar mais com o FNE’, ‘a gente quer trabalhar mais com o FNE’, ‘a gente está querendo fazer isso’. Então eu acho que esse fórum é o fórum ideal para a gente colocar isso como uma iniciativa que vingue, tanto para os empresários, como para as federações e para o banco também”. O **Sr. Valdir Machado (BNB)** questionou “E como é que você pensa em dar o start dessa questão? Isso pode gerar uma agenda daqui?”. O **Sr. Ademir** retomou afirmando “Eu acho que a gente pode fazer alguma apresentação, a gente entra em contato com as federações, a gente tenta trabalhar uma agenda de capacitação para as federações, e aí a gente trabalha não só com as federações industriais, mas busca SESI, SENAI, como o Dr. Mário colocou. O que o senhor acha Dr. Mário?”. Lembrou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Tem que casar com o banco”. Complementou o **Sr. Ademir** “A gente faz uma proposta e submete ao banco. Como encaminhamento fica então, que a SUDENE vai mandar uma proposta de agenda para essa capacitação já colocando o escopo, e vamos trabalhando conjuntamente, pode ser?”. O **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** destacou que embora as reuniões do Comitê do FNE sejam regimentalmente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

trimestrais, não queria que esse assunto aguardasse três meses para uma definição. E complementou “Então vocês fazem o contato (referindo-se ao banco). Até uma próxima reunião a gente vai ter que fazer uma análise desses dados do banco, que não chegaram até agora, do crédito anterior. A gente tem que marcar uma reunião não trimestral, talvez daqui a 15 ou 20 dias”. O **Senhor Ademir (SUDENE)** sugeriu ao Superintendente Mário Gordilho uma forma diferente para ganhar tempo na análise dos dados “pegar não só essas informações desse primeiro trimestre, que nós vamos analisar em conjunto com o pessoal da CGDF, pegar essa questão dessas federações, e fazer uma reunião para discutir as próprias diretrizes e prioridades, que foram alvo do Acórdão do TCU, que nós estamos trabalhando nisso, atrasamos um pouco porque agora a casa está toda voltada para o PRDNE, mas o plano já está quase pronto e a gente precisa colocar na mesa. O plano, esse tudo que nós estamos fazendo das potencialidades, o programa de desenvolvimento territorial, e casar todos esses esforços e todas essas sinergias dentro de uma estratégia única, que foi acordada inclusive pelo próprio BNB nessa questão de dados intermediários, e casar tudo. São perguntas que nós queremos ter respostas: ‘como é que está funcionando o FNE?’ ‘Vamos colocar nessas cidades intermediárias?’ ‘Como é que o crédito, o microcrédito, pode ser subsidiário para puxar aquelas regiões de baixa renda próximas a essas cidades intermediárias?’. O nosso trabalho está mostrando exatamente como é que essas concentrações estão no espaço. E quando a gente coloca por cima o crédito do BNB, fica muito interessante”. Olhando o trabalho como uma oportunidade, o **Sr. Valdir Machado (BNB)** ressaltou “então na realidade isso é um ganho duplo, na verdade a gente tem programas que são importantes numa visão de integração de políticas regionais, a exemplo do PRODETER). Eu acho que houve uma discussão recente, inclusive com organismos internacionais aqui em Recife, se eu não me engano aqui na própria SUDENE, o Ronald que é o nosso agente de desenvolvimento, o nosso gerente, ele participou. É um programa que salta aos olhos, porque é desenvolvimento puro. A institucionalização disso é um ganho para o banco muito grande, então entra o programa, ações dessa natureza, que a gente abre um par, o que o PRDNE está trazendo, o que a própria conjuntura das cidades intermediárias também está trazendo, somando forças, que é o que a gente precisa. Não há nenhum óbice, pelo contrário, a parceria continua”. O **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** pediu à equipe da Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento da SUDENE para até a próxima reunião do comitê, a preparação de um quadro com a entrada de recurso do FNE no



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

banco, se semestral, trimestral, quinzenal, decinal, na forma de um histórico sobre 2018, mostrando como é que os recursos entraram, valores e datas, e passar a ter isso regularmente em 2019, pois com o histórico de 2018 será possível montar uma programação. O **Senhor Ademir (SUDENE)** acrescentou “com os ingressos e por fonte, separando o que é tesouro, o que é reembolso”. O **Sr. Valdir Machado (BNB)** lembrou que toda vez que o banco apresenta alguma reprogramação, ou no próprio processo de elaboração da programação, tal informação sempre vai como anexo, mas como uma posição, um retrato, do período. O **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** reforçou “precisamos ter uma rotina para isso, para se ter um acompanhamento”. Dando continuidade O Superintendente passou a palavra ao Banco do Nordeste para tratar do item 2.1, sobre alinhamento de layout, posicionamento do banco sobre dados identificados, estratégia da conversa entre BNB e TCU sobre políticas públicas, efeitos do § 2º do art. 9º da Lei nº 7.827/89 com a redação dada pela Lei nº 13.682/2018 sobre as operações de crédito do FNE e alterações da programação FNE 2019. O **Sr. Valdir Machado (BNB)** retomou o histórico da construção do layout para informar que o banco enviou a primeira remessa de dados para a SUDENE em 2018, contendo 21 trimestres, e que essas informações foram baseadas num layout previamente definido, reconhecendo que continham, naquelas circunstâncias, uma série de inconsistências que vieram a demandar alguns ajustes. E que naquela ocasião havia também um pedido único na SUDENE, que atender dois vieses. Um, para o acompanhamento mensal do FNE, que depois passou a ser trimestral, e outro para avaliação de impacto e explicou como se dava o processo da captação da base de dados do banco. E disse “Na verdade, a gente tem um único e robusto sistema que capta todo tipo de informação da base de contratações do banco. Ali você tem cartão de crédito, você tem crediamigo, tem FNE, tem recursos internos, enfim, todo tipo, todo um manancial de programas, BNDES, FAT, eles são captados por diversos sistemas que são integrados a esse único. Então, para ser gerado uma informação, é essa a única fonte de dados. Então, o que acontece é que um sistema pode ter um atraso na remessa de dados, outro consegue entregar na data específica, aí o porquê do dia 20, e a dificuldade de entregar até o dia 15, que era a previsão inicial, que a SUDENE precisava da informação, e por quê não era possível? Além de checar toda essa variedade de dados ainda tem que haver um processamento, uma análise mínima de conformidade, para saber se tudo aquilo de fato está batendo. Outras áreas do banco também são usuárias daquela informação, por exemplo, lá no nosso setor também se faz esse



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

acompanhamento, a gente recebe a informação, muita gente critica, muitas vezes realmente tem uma sujeira na base, a gente vai reprocessar, atrasa os nossos relatórios e por aí vai. Isso é algo que a gente internamente também enfrenta uma certa dificuldade, isso não é recorrente, não é algo que acontece todo mês, mas acontece em alguma medida. Por conta dessas inconsistências a gente teve aquele último momento que foi com base na primeira reunião aqui do comitê de acompanhamento, e a partir daí desdobrou-se numa reunião presencial lá em Fortaleza, que foram a Tássia e o Breno, e a gente discutiu em uma manhã e uma tarde, a gente explicou toda essa questão e a partir daí, em linhas gerais, gerou-se o seguinte compromisso: a customização de uma base específica para atender a questão da avaliação de impactos, baseado num cronograma de cinco remessas ou quatro remessas, a primeira remessa seria agora até o final de maio, eu me certifiquei com a Cláudia de que isso seria enviado até o final de maio, conforme prometido. A Cláudia, só citando em miúdos, é a pessoa do controle de operações que faz esse tratamento das informações lá no banco. É importante que se diga também, que esse setor específico do banco trata toda e qualquer demanda relativa ao repasse de informações. Tem informações para os ministérios e para a SUDENE, que a gente logicamente prioriza, mas tem informações também destinadas a atender demanda de pesquisadores, instituições, demais ministérios, Banco Central etc.”. O **Sr. Ademir (SUDENE)** lembrou porém, que havia ficado acordado que o layout da Sudene seria o mesmo enviado para o MDR, que foi unificado justamente para dar menos trabalho para o banco. O **Sr. Valdir Machado (BNB)** informou que há algumas diferenciações pequenas, mas que, no geral é o mesmo layout, e ressaltou “para atender a essa questão de um dado ser encaminhado a contento, teve essa primeira etapa, que é essa questão da avaliação de impactos, que vocês estão fazendo, que é um trabalho em separado, e tem um acompanhamento que antes era mensal, a remessa, e que passou a ser trimestral exatamente para tentar diminuir esse trabalho que dá o tratamento de um dado com um layout específico, que eu me aprofundei todo mês. Eu quero crer que essa informação não foi enviada por alguma questão relacionada ao repasse sistemático das informações do sistema, que de fato não se justifica, a gente fez todo um trabalho exatamente para dar celeridade para esse envio, e a informação ainda não ter chegado. De certa forma, por conta do Ofício 1078 da SUDENE, que a gente trouxe aqui, a resposta para ele é que foram levantadas algumas novas inconsistências e a gente vem trazendo a informação e a explicação sobre cada uma delas, em decorrência disso, a gente sentiu a necessidade de gerar uma



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

nova base. Então, em 26 de abril a gente encaminhou uma nova base relativa a 2018, dentro do layout especificado. Pode ser que esse tratamento dado a essa demanda tenha sido o responsável por esse atraso, eu não estou querendo justificar, por que não há uma justificativa, mas talvez explique a questão da demora. De qualquer forma, no retorno eu me comprometo com vocês para que essa informação chegue o quanto antes, de preferência até sexta-feira. Porque de fato o trabalho fica prejudicado, já que o acompanhamento que seria trimestral não tem condições de ser feito. Aí, Rafael e Ademir, eu sei que tudo é banco, mas há um tratamento da informação que é feito em uma outra área, e por conta das atribuições a gente fica descolado do processo, mas a gente influencia o processo com a articulação interna. Eu vou me comprometer com vocês de estar lá sempre ‘cutucando’ “pessoal não esqueçam de mandar”, caso tenha sido esse o problema. Desta forma, eu já trago para mim essa responsabilidade de estar trimestralmente fazendo esse contato com o pessoal da área específica, para que esse encaminhamento seja dado a contento. E no caso das informações para a avaliação de impacto, na verdade a gente está dentro do prazo, a gente tem a primeira remessa prevista até o final de maio, e aí subsequentemente o mês a mês”. O **Sr. Ethel (MDR)** lembrou conversa com um colega que trabalha com os fundos, que está para sair uma portaria interministerial do Ministério do Desenvolvimento Regional e Ministério da Economia, pedindo aos bancos um outro layout de dados e sugeriu não fazer três ou quatro layouts diferentes para atender demandas diferentes de dados, e propôs uma reunião com todos esses grupos que demandam dados para fechar um pacote só, de dados, com o banco em função do caos que isso poderá gerar, e completou “o banco vai atender um cliente com um layout, outro cliente com outro, a SUDENE vai pedir uma coisa, nós vamos pedir outra coisa para o banco que a SUDENE não vai ter. Se a gente não unificar esses layouts de dados pode correr o caos na gestão da informação”. Informou que essa portaria ainda vai ser discutida com o Ministério da Economia dia 28, que é uma portaria que tem muitos dos dados que a SUDENE está pedindo e os outros também, e a ideia é também começar a produzir indicadores a partir desses dados. O **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** sugeriu à equipe interna, repassar o layout que foi combinado entre o Banco do Nordeste e a SUDENE para o Sr. Ethel (MDR). O **Sr. Ethel (MDR)** informou que a Subsecretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais está finalizando o layout para essa portaria que vai avaliar os fundos e sugeriu “a gente pode tentar alinhar isso já se passar para nós”. O **Senhor Rafael Feitosa (Sudene)** lembrou que o Sr. Kleber, da Subsecretaria, presente na



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

reunião, já possuía o layout por que o próprio Ministério havia participado disso. O **Senhor Ademir (SUDENE)** sugeriu que a Subsecretaria passasse para a Sudene o layout que estavam trabalhando para alinhar possíveis sugestões. Sobre a portaria o **Sr. Rafael Feitosa (Sudene)** perguntou ao Sr. Ethel o seu andamento. O **Sr. Ethel (MDR)** informou que ela estava para ser fechada e se comprometeu de enviá-la tão logo estivesse pronta, e completou “a ideia é não enlouquecer o pessoal do banco”. E o **Sr. Valdir Machado (BNB)** reforçou: “exatamente isso! São muitos dados e são diversos usuários, a gente prioriza sempre a questão da SUDENE, Ministério, e tal, mas são muitos layouts para dar conta. Quanto mais uniformizado melhor, porque a gente gera uma mesma informação, trata da mesma forma”. O **Senhor Rafael Feitosa (Sudene)** indagou o Sr. Ethel (MDR) “vocês propõem uma agenda conjunta quando tiver com esse texto fechado da portaria, ou quando estiver próximo da discussão?” Respondeu o **Sr. Ethel (MDR)** que o entendimento é no sentido de alinhar e padronizar o layout. Perguntou o **Senhor Rafael Feitosa (Sudene)** ao Sr. Ethel (MDR): “vocês já têm uma data para essa reunião ou ainda vão marcar?”. O **Sr. Ethel (MDR)** informou que vai fechar essa demanda com o Ministério da Economia até o fim de maio pois se trata de uma portaria interministerial, e adiantou sua conclusão: “os dados são esses para a avaliação dos fundos”. O **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** pediu ao Sr. Ethel que observe o que já tem acordado banco x Sudene, para que essa informação que vai sair na portaria possa, pelo menos, ter uma base. Respondeu o **Sr. Ethel (MDR)** “tudo bem, Superintendente. A gente vai trabalhar isso”. O **Sr. Valdir Machado (BNB)** tranquilizou, garantindo que sem prejuízo dessa questão, a banco vai encaminhar dentro do layout já acordado. O **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** passou para o subitem da pauta que trata das questões entre o BNB e o TCU. O **Sr. Valdir Machado (BNB)** esclareceu que o ponto três tem a mesma estratégia da conversa do BNB com o TCU sobre políticas públicas, e informou “eu acredito que essa pauta tenha sido originada exatamente da reunião presencial que o Breno e Tassia participaram. Na ocasião a gente apresentou para eles um dos pontos do acordão do TCU, que ainda não foi completamente resolvido. A gente tem prazo até 30 de junho para atender. É a recomendação 9.3.3 do Acordão 1271/2018. Eu vou ler para vocês rapidamente porque é pequeno, a recomendação é ‘solicitar dos tomadores de empréstimo no momento da negociação das propostas que envolvam recursos do FNE, informações a respeito de sua condição como beneficiário de alguma política pública federal, estadual, inserindo os dados no sistema de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

crédito, priorizando na medida do possível a concessão desses financiamentos”. Indagou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** se o Bolsa família estava nessa questão. O **Sr. Valdir Machado (BNB)** informou que sim, e completou “O que acontece? A gente estava numa discussão em que, além do Breno e da Tassia, tinham outras pessoas do banco, de outras áreas, que para a concepção dessa recomendação talvez fosse necessária uma reunião prévia com o TCU. A gente tinha alguma informação de que ela não é automatizada, que ela vai ter que ser coletada junto ao cliente no momento em que ele estiver pleiteando o crédito. A gente está falando em políticas públicas e geralmente os beneficiários dessas políticas públicas são aqueles que têm um porte mais baixo, dentro da estrutura do FNE. De repente no momento em que eu vou conceder o crédito e perguntar para ele: “você já é beneficiário de alguma política pública?” provavelmente ele vai dizer que não, tendo na cabeça que isso poderia prejudicar a concessão do seu crédito. Isso deve acontecer bastante. Então, sem prejuízo da providência em relação ao plano de ação para responder ao TCU, o banco tem que cumprir quatro etapas. A primeira delas é estabelecer, em conjunto com a nossa Superintendência de Políticas de Desenvolvimento - isso porque a recomendação ficou com a área de concessão de crédito do banco, proposta inicial de políticas públicas federal, estadual a serem consideradas para a priorização da concessão de financiamento. E nós já iniciamos esse processo internamente citando quatro políticas. A ideia é preparar a estrutura da resposta. Uma vez preparada a estrutura, depois se complementa com as novas políticas, e aí o banco atende à recomendação de ter já uma informação. Também em apoio a esse item um, o banco incluiu, por enquanto, o próprio PNMPO, embora não tem nada ainda definido, Rotas da Integração, do MDR, Bolsa Família, perímetros públicos irrigados e programa de aquisição de alimentos”. O **Sr. Alex Araújo (BNB)** complementou “o Bolsa família tem um cadastro unificado do governo federal, a gente tem acesso ao convênio. A informação está disponível. O microcrédito, a informação está registrada no Banco Central, também já foi consultado, enfim. A diferença é o que é que significa ser beneficiado. O FNE financia essencialmente empresas. Essas políticas beneficiam pessoas físicas. Significa ‘como é essa avaliação?’” O **Sr. Valdir Machado (BNB)** complementou “mas tem o PRONAF”. O **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** esclareceu “o PRONAF está no Banco Central”. O **Sr. Ademir (SUDENE)** deu sua opinião “eu acho que isso aí vai ser mais direcionado para a questão do PRONAF”. O **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** comentou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

“não precisa nem perguntar, basta você informar o CPF”. O **Sr. Alex Araújo (Superintendente de microcrédito do BNB)** esclareceu “o Banco Central já faz esse cruzamento para evitar a duplicitade de benefício no PRONAF. O SICOR é craque nisso. E no caso do Bolsa Família o banco tem convênio assinado com o Ministério da Cidadania, e se tem acesso ao banco de dados deles”. Retomando a palavra, o **Sr. Valdir Machado (BNB)** destacou “a questão do Acórdão 1271/2018 era muito na linha daquela crítica de integração de políticas públicas. E o banco sabendo que havia aquele trabalho, que eu acho que por enquanto não está sendo tocado, que é o inventário de políticas públicas, o banco elaborou um ofício e encaminhou para vocês solicitando o apoio da SUDENE, no sentido de junto com a gente, identificar se haveria mais alguma política pública que o banco pudesse estruturar dentro dessa linha de esquematizar quais políticas públicas federais e estaduais citar, e sistematizar a informação e a coleta de dados junto aos clientes. De fato, a questão da discussão com o TCU foi por outro caminho. A gente internamente decidiu por implementar a questão do Acórdão, e ver como seria essa captação de dados, e no momento posterior, se a gente sentir necessidade, abre interlocução com o Tribunal de Contas. Mas naquele momento em que foi gerada, o início dessa pauta, que eu acredito que tenha sido presencialmente no dia 29 de março, foi mais um desabafo em relação a esse primeiro ponto, esse sentimento que a gente tem de que a informação poderia não ser fielmente apresentada pelo cliente”. Diante dessa colocação o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** pontuou “mas três delas vocês tem acesso.”, com o que concordou o **Sr. Valdir Machado (BNB)** positivamente, mas ponderou “eu imagino que a gente possa ter um rol de políticas públicas mais bem discutido”. Sobre o inventário de políticas públicas o **Sr. Ademir (SUDENE)** esclareceu que devido à priorização do governo na elaboração do Plano Regional o trabalho do inventário estava temporariamente suspenso e lembrou que a própria formulação do novo PPA já vai implicar em uma reformulação desse conjunto de políticas e ressaltou “estamos tentando se atrelar mais ao que vem, porque a gente sabe que vai ter pelo menos uma continuidade aí no próximo quadriênio” em razão de programas que possivelmente serão extintos. E continuou “a gente conversou com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações, que seria um dos ministérios detentores de políticas como a de inovação, mas eles também não sabem como é que essas políticas vão ficar e a gente corre o risco de fazer um esforço muito grande para trabalhar uma informação que vai ficar inócuia”. O **Sr. Valdir Machado (BNB)** esclareceu “na verdade, Ademir, a nossa demanda não tem a intenção



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

de esgotar toda uma variedade de políticas, mas eu imagino que há um rol inicial de algumas políticas que irão continuar, outras que já estão surgindo aí, que são novidades que já podem ser citadas. É mais nesse sentido, tentar encorpar essa primeira lista que o banco está montando.”.

O **Sr. Ademir** se comprometeu de olhar a questão e dar resposta. Buscando oferecer alternativas para o entendimento dessas políticas públicas o **Sr. Ethel (MDR)** informou que o MDR há algum tempo, tem trocado muitas ideias, inclusive com o TCU e a CGU, inclusive tomando como base algumas auditorias interessantes do TCU. E nesse sentido destacou que o TCU descobriu há alguns anos, que tinha assentado no PRONAF com outras propriedades privadas, “o cara pegou o dinheiro e adquiriu outra propriedade fora do programa”. E o TCU então questionou isso, e aí surgiu a dúvida, o assentado pode, não pode ter outras propriedades. Informou que desconhece o resultado dessa auditoria, mas enfim, o TCU descobriu que o assentado tinha outras propriedades e complementou “eu chamo a atenção de vocês para verem outras fontes de dados que possam ajudar nesses cruzamentos aí, não só as tradicionais. Mas para isso, talvez ao finalizar o desenho do programa de turismo, conversar com a CGU e com o TCU, chamá-los para uma conversa, eles são abertos a isso, é só chamar que eles vem, e ver se eles têm alguma ideia de como melhorar o seu controle antes de você lançar a política, eles fizeram auditoria nisso, não precisa apontar falha, eles têm muita experiência nisso, eles estão dispostos a ajudar, tanto o TCU quanto a CGU”. Sobre o relatório de resultados e impactos de 2018 do FNE informou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** que ele foi aprovado na reunião de ontem da Diretoria Colegiada e está pautado na reunião do Comitê do CONDEL e como o banco não tem nada passou para o próximo assunto. O **Sr. Mário de Paula Guimarães Gordilho (Superintendente da SUDENE)** passou para o item 2.5 da pauta “Efeitos do § 2º do art. 9º da Lei nº 7827/89 com a redação dada pela Lei 13.682/2018, sobre as operações de crédito do FNE”. Comentou o **Sr. Valdir Machado (BNB)** “Sobre o item 2.5, em linhas gerais, o BNB concorda com o posicionamento atual da SUDENE, que haverá o texto de uma diretriz que vai inclusive, aprovar a questão do repasse a outras instituições, dentro daquela linha já apresentada de sugestões que já foi inclusive pauta de manifestação oficial do Henrique Tinoco (BNB) nesse sentido. Então, o Banco não tem nenhum óbice, e entende que está adequado o tratamento que a SUDENE deu”. O Senhor Roberto complementou que teve um posicionamento da CONJUR do MDR. Acrescentou a **Sra. Cláudia** “Quanto à normatização do § 2º do artigo 9º da Lei nº 7.827/1989, foram realizadas reuniões



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

conjuntas entre Sudene e MDR onde foi elaborada uma proposta de Resolução comum às três superintendências, pois a questão vale para as três, que posteriormente foi submetido à apreciação jurídica da CONJUR/MDR. Estamos aguardando o retorno da apreciação jurídica para dar prosseguimento à regulamentação do normativo.”. Perguntou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Então nós não levamos ao CONDEL, mas quando a gente tiver o parecer da CONJUR do Ministério e da nossa a gente volta e manda para vocês do banco”. E acrescentou a **Sra. Cláudia** “É pertinente questionar o MDR se já existe posicionamento jurídico sobre o item 2.5”. Nesse contexto inquiriu o **Sr. Ethel (MDR)** “Em relação ao que?” Complementou a Sra. Cláudia, “Ao item 2.5 da pauta desta reunião.” Acrescentou o **Sr. Kleber (MDR)** “A gente encaminhou para a CONJUR mas ainda não se teve posicionamento porque a SUDAM fez uma proposta diferente daquilo que havia conversado, de o CONDEL aprovar previamente essas alterações de repasse. A SUDAM fez uma proposta diferente, em que ela vai aprovar e analisar aquelas propostas que fossem superiores a R\$ 50 milhões, eles vão aprovar tudo o que banco fizer até R\$ 50 milhões, e aquilo que for superior a 50 milhões a SUDAM está querendo que passe pelo CONDEL, então essa proposta foi submetida a assessoria jurídica.”. Perguntou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Essa é a posição da SUDAM?”. Respondeu o **Sr. Ethel (MDR)** “Está havendo uma certa divergência entre SUDAM e BASA. Eles não estão concordando sobre esse modelo, eles estão até brigando um pouco entre eles para chegar a um acordo. Eu pessoalmente acho que as superintendências, se aderirem a esse modelo, tem que ser adesão mesmo, eu acho que não tem que impor modelo único para todo mundo. Mas enfim, essa é a ideia da SUDAM, acima de R\$ 50 milhões eles querem trazer para o CONDEL a aprovação, abaixo de R\$ 50 milhões é com o banco. A SUDAM quer enquadrar o BASA. e por quê? Porque o BASA não tem a capilaridade necessária para atuar na região toda, essa é a crítica quanto ao BASA, não ter a capilaridade. Então a SUDAM está forçando a importar essa capilaridade via a terceirização do serviço que está com o BASA hoje, e o BASA está resistindo, o Banco obviamente não está gostando muito da ideia. Mas enfim, eu acho que a coisa vai se resolver entre eles, sem a interferência nossa aqui. O MDR não tem nada contra isso. Em princípio, se houver uma decisão do CONDEL, e o MDR entende que o CONDEL pode fazer isso juridicamente, então sintam-se à vontade”. Perguntou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Vocês então vão esperar fechar essa posição com a SUDAM?”. Respondeu o **Sr.**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

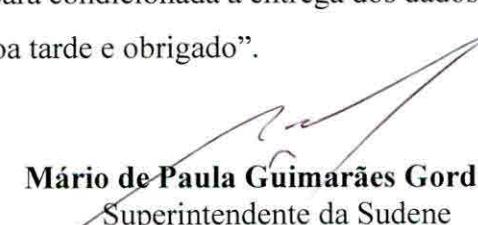
Ethel (MDR) “Na verdade, a gente não se opôs a ideia da SUDAM. A SUDAM vai ter que resolver isso com o BASA, nós não temos nada contra. Essa a ideia”. Replicou o **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Sim, mas talvez fosse conveniente que a CONJUR de vocês desse uma posição, e para a gente casar com a nossa nós fechamos com o Banco do Nordeste, e a SUDAM resolve o problema dela. Ok?” **Sr. Ethel (MDR)** “Pode ser”. **Sr. Mário de Paula Guimarães Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Vamos para o item 2.6 - alteração da programação do FNE para o exercício 2019”. **Sr. Valdir Machado (BNB)** “Com relação ao ofício BNB 2019-021, por meio do qual encaminhou-se à SUDENE e ao MDR um pedido para, em atendimento à Resolução CONDEL 124, que fala que a partir do momento em que houver disponibilidade de saldo no final do período, ela fosse incorporado ao plano de aplicação e a versão atualizada submetida tanto ao MDR quanto à SUDENE, o fato é que havia uma programação de R\$ 23,7 bilhões para 2019, distribuído em R\$ 15,4 bilhões para demais setores, infraestrutura R\$ 8 bi e financiamento estudantil R\$ 300 milhões. Houve um acréscimo à disponibilidade em R\$ 1 bi. A proposta foi de incorporar essa diferença para o setor de infraestrutura, tendo em vista a demanda e também sinalização de governos estaduais que a gente obteve em um processo elaborativo da programação do FNE, e em complemento a gente está trazendo uma nova modificação aqui, tirando R\$ 500 milhões de médio-grande, e reincorporando nos portes até pequeno médio. Na verdade, esse é um movimento que internamente já foi feito, que a gente está falando de limites mínimos e máximos de aplicação, no que diz respeito a programação do FNE e no que diz respeito à programação da infraestrutura a realocação de R\$ 2,1 bi em complemento aqueles R\$ 8 bi que estavam programados de acordo com a nossa proposta inicial encaminhada para a reunião do CONDEL de dezembro”. **Sr. Mário de Paula Guimarães Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “R\$ 2,1 bi em relação a oito? **Sr. Valdir Machado (BNB)** “Isso. Eram R\$ 8 bi que a gente tinha inicialmente proposto na programação do FNE 2019, e com o incremento da disponibilidade, chegou a R\$ 10,1 bi agora. Essa é a proposta”. Diante de uma dúvida, interveio o **Sr. Manoel (SUDENE)** “R\$ 2,1 bi é o saldo remanescente de 2018 que foi acrescentado para infraestrutura, passando o total de aplicações previstas para 2019 de R\$ 23,7 bi para R\$ 25,8 bi”. **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Sim, mas a proposta de vocês é só essa, né?”. **Sr. Valdir Machado (BNB)** “Sim”. **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** – Acrescer à receita os R\$ 2,1 bi ou os R\$ 8 bi, não tem nenhuma mudança”. **Sr.**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

Valdir Machado (BNB) “Não. Não tem nenhuma mudança. Na verdade, eu acho que é a mesma situação do ponto anterior. Eu acho que seria discutir algo previamente ao CONDEL, a reunião técnica do CONDEL. Foi para a pauta? Na verdade, a gente tinha a expectativa com base também na questão da reprogramação automática, de que esse assunto não poderia ser tratado pelo CONDEL”. Informou o **Sr. Manoel (SUDENE)** “É, não vai para deliberação, mas vai como informação, porque a Resolução CONDEL nº 124/2018 pede que a SUDENE e o hoje Ministério do Desenvolvimento Regional sejam informados das alterações. Então não vai para a deliberação de CONDEL, mas vai só como informação”. **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “O Ministério da Economia não está presente, mas o Ministério do Desenvolvimento tem alguma colocação?”. **Sr. Ethel (MDR)** “Eu acho que basicamente a gente já exauriu ao longo da nossa conversa todos os pontos mais críticos. Eu acho que daqui para frente a gente pode estreitar mais essas conversas para ir resolvendo esses pontos específicos aí”. **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Ok. Então você fica devendo pra gente esse encontro de rotinas Banco Central, Ministério da Economia e Ministério do Desenvolvimento, em cima do que a gente já acordou aqui quanto à planilha de dados, não modifiquem muito a nossa não, deixa a nossa que já está funcionando. Ok. Obrigado pela atenção de vocês. Você tem mais alguma sugestão? Alguém?” **Sr. Manoel (SUDENE)** “Podemos pensar a próxima pauta?”. **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** “Assim que eles mandarem o material vocês analisam, que a gente marca a próxima reunião. Certo?” O **Sr. Manoel (SUDENE)** informou que para a próxima pauta só tem registrado até o momento o pedido do Banco do Nordeste sobre o “histórico de entradas de fontes”. O **Sr. Mário Gordilho (Superintendente da SUDENE)** combinou que a data da próxima reunião ficará condicionada à entrega dos dados do primeiro trimestre pelo BNB. E concluiu “Um abraço. Boa tarde e obrigado”.


Mário de Paula Guimarães Gordilho
Superintendente da Sudene
Presidente do Comitê Técnico de Acompanhamento do FNE


Sérgio Wanderley Silva
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos